

Demonstrações financeiras
consolidadas e individuais
em 31 de dezembro de 2025

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado.....	13
Demonstração do resultado abrangente	14
Demonstração dos fluxos de caixa.....	15
Balanço patrimonial	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	19
Demonstração do valor adicionado	20

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais	21
2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis.....	25
3	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	29
4	Receita	29
5	Custos e despesas operacionais líquidas.....	31
6	Resultado financeiro líquido.....	33
7	Caixa e equivalentes de caixa	34
8	Aplicações Financeiras	34
9	Fundo de Liquidez – conta reserva	35
10	Contas a receber.....	36
11	Investimentos.....	36
12	Imobilizado.....	39
13	Intangível	42
14	Financiamentos e debêntures	45
15	Fornecedores	48
16	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.....	48
17	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	50
18	Provisão para litígios.....	51
19	Benefícios pós-emprego.....	53
20	Partes relacionadas.....	57
21	Patrimônio líquido	60
22	Instrumento financeiro e gestão de risco.....	62
23	Seguros	68
24	Compromissos de longo prazo	68
25	Informações por segmento	68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

CESP – Companhia Energética de São Paulo

1. PERFIL CORPORATIVO

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela Auren Energia S.A. ("Auren") e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A., resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense *Canada Pension Plan Investment Board* ("CPP Investments"). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

Em função da reorganização societária anunciada em 18 de outubro de 2021 pelos seus acionistas controladores, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a ser subsidiária integral da Auren e passou a deter registro de companhia aberta categoria "B".

Atualmente, como subsidiária integral da Auren Energia S.A. ("Auren Energia"), a Companhia segue as políticas de Governança Corporativa da mesma.

2. PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão da usina de geração hidrelétrica da Usina Hidrelétrica ("UHE") Porto Primavera (produção independente de energia) com um total de 14 unidades geradoras, 1.540 MW de potência e 887 MW médios de garantia física de energia com prazo de concessão até abril de 2056. A usina está instalada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no oeste do estado de São Paulo.

Ainda, a Companhia opera a UHE Paraibuna sob regime de cotas, desde o encerramento da concessão em 05 de maio de 2022.

Adicionalmente, a Companhia consolida o complexo solar Sol de Jaíba, com capacidade instalada de 500 MW e garantia física de 152,6 MW médios com prazo de concessão até fevereiro de 2055. O parque está localizado no estado de Minas Gerais.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL¹

Fonte Hídrica

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 877,9 MW médios em 2025, 2,0% acima em comparação com os 860,9 MW médios em 2024. O aumento é explicado, principalmente, pelas condições hídricas marginalmente melhores em 2025, bem como uma maior demanda de potência para atendimento à carga nos horários de ponta. O cenário mais favorável no início do ano contribuiu para a elevação dos níveis de armazenamento dos reservatórios, proporcionando maior flexibilidade operativa para o despacho das usinas ao longo dos meses seguintes.

Fonte Solar

O complexo solar Sol de Jaíba registrou geração bruta de 102,1 MW médios em 2025, 49,4% acima dos 68,3 MW médios registrados em 2024. A variação é explicada, principalmente, pela rampa da entrada em operação da usina ao longo do ano de 2024.

¹ Considera, para o ativo solar, a Geração Total (geração de energia + parcela de energia não produzida por restrição de razão elétrica).

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Consolidado - R\$ milhões	2025	2024	Var %
Receita Operacional Líquida	1.710,2	1.469,9	16%
Custo de produção e operação de energia	(1.159,2)	(1.025,0)	13%
Lucro Bruto	551,0	444,9	24 %
Gerais e administrativas	(131,6)	(128,8)	2%
Outras (despesas) receitas operacionais	537,7	1.653,0	-67%
Total das Despesas e Receitas Operacionais	406,0	1.524,2	-73 %
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	957,0	1.969,1	-51 %
Receitas Financeiras	231,8	282,2	-18%
Despesas Financeiras	(693,1)	(597,3)	16%
Total do Resultado Financeiro	(461,3)	(315,1)	46 %
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	495,7	1.654,0	-70 %
Imposto de renda e contribuição social correntes	(27,3)	(1,3)	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(132,6)	(574,8)	-77%
Lucro Líquido do Exercício	335,8	1.077,9	-69 %

Lucro Bruto:

O Lucro Bruto totalizou R\$ 551,0 milhões, 24% acima dos R\$ 444,9 milhões registrados em 2024. Tal resultado é explicado, principalmente, pela (i) entrada em operação faseada do complexo solar Sol de Jaíba ao longo do ano de 2024; (ii) maior demanda de potência para atendimento à carga nos horários de ponta, somados às dinâmicas de preços horários de mercado (com preços mais elevados nestes horários de maior demanda), o que permitiu um aumento nos ganhos de modulação da Companhia em comparação ao ano de 2024.

Despesas e Receitas Operacionais:

Os Custos e Despesas operacionais totalizaram uma receita de R\$ 406,0 milhões em 2025, queda de 73% em comparação com a receita de R\$ 1.524,2 milhões em 2024. Esta variação é explicada, principalmente, pelo efeito pontual no último trimestre de 2024 de reconhecimento de reversão de *impairment* sobre os ativos imobilizados da Companhia no valor de R\$ 1.500,1 milhões.

Além disso, no quarto trimestre de 2025, foi aprovado em Reunião de Diretoria da ANEEL o direito da Companhia de receber a indenização dos Investimentos Prudentes referente às UHEs Jupia, Ilha Solteira, Paraibuna e Jaguari no valor total de R\$ 498,8 milhões na data base do término dos respectivos contratos de concessão. Dessa forma, reconhecemos neste período a reversão de *impairment* no montante de R\$ 325,7 milhões e do reconhecimento de R\$ 142,8 milhões adicionais. Como passo subsequente, caberá ao MME definir a fonte dos recursos para o pagamento da indenização, o cronograma de pagamento e o índice de correção monetária aplicável sobre valor indenizável, temas que também tem sido objeto de discussão no âmbito da Consulta Pública MME no 190, de 03 de julho de 2025.²

² Saiba mais no Fato Relevante de 15 de outubro de 2025, disponível em: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/691c9da5-45e0-458f-a3da-41982b1730fc/a69973ca-6151-a7b3-efb2-94730e47c201?origin=2>

Por fim, a variação observada está impactada também pelo efeito da reversão de provisões do seu passivo contencioso no montante de R\$ 65,0 milhões em 2025, comparado a uma reversão de R\$ 160,5 milhões em 2024.

Resultado Financeiro:

O resultado financeiro líquido registrado em 2025 foi negativo em R\$ 461,3 milhões, 46% acima do valor negativo de R\$ 315,1 milhões apurado em 2024, principalmente por conta do aumento no endividamento bruto da Companhia.

As receitas financeiras de R\$ 231,8 milhões representam uma queda de 18% em comparação com os R\$ 282,2 milhões registrados em 2024, reflexo principalmente da menor posição de caixa em 2025. Já as despesas financeiras, totalizaram R\$ 693,1 milhões no acumulado do ano *versus* R\$ 597,3 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento na dívida bruta devido à captação de R\$ 2.100,0 milhões da 14ª Emissão de Debêntures da CESP, no terceiro trimestre de 2025. Tal emissão faz parte do processo de gestão do endividamento da sua *holding* Auren Energia e suas subsidiárias, após a combinação de negócios com a Auren Participações, concluída em outubro de 2024, visando o alongamento do perfil de amortização e prazo médio consolidados.

Resultado Líquido:

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CS):

Despesa de R\$ 159,9 milhões em 2025, frente a R\$ 576,1 milhões em 2024, representando uma redução de R\$ 416,2 milhões. Essa variação decorre, principalmente, do impacto de R\$ 468,5 milhões relacionado à reversão do impairment de ativos indenizáveis em 2024, efeito que se refletiu diretamente no imposto diferido da Companhia.

Como resultado dos fatores mencionados, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 335,8 milhões em 2025, frente a um lucro líquido de R\$ 1.077,9 milhões em 2024.

São Paulo, 03 de março de 2026

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
CESP – Companhia Energética de São Paulo
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da CESP – Companhia Energética de São Paulo (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da CESP – Companhia Energética de São Paulo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado, de suas operações e os seus fluxos de caixa, individuais e consolidados, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, como um todo, e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Benefício pós emprego

Conforme descrito na Nota Explicativa nº19, a Companhia patrocina planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como seus respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2025, passivos líquidos no montante de R\$ 918.525 mil, controladora e consolidado, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários.

Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuário independente contratado pela Administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela Administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento, por meio de reuniões em conjunto, a Administração referente às características do plano de benefícios no qual mensura as obrigações atuariais do benefício definido e saúde suplementar;
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido;
- Análise, com a utilização de especialistas atuariais, da metodologia, cenários de julgamento e premissas utilizados pela Administração para cálculo das obrigações, avaliação de sensibilidade considerando diferentes cenários para principais premissas utilizadas, tais como: as principais hipóteses econômicas, financeiras, biométricas e demográficas de maior relevância admitidas na avaliação atuarial e testes de amostragem, avaliando a consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial;
- Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável;
- Avaliação se as práticas adotadas pela Companhia estão em compliance com as determinações do CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- Avaliação da adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

De acordo com as evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-emprego, assim como, as respectivas divulgações são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para litígios

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 18, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentavam provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais, mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e das causas, no valor de R\$ 751.087 mil, controladora e consolidado. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento no montante de R\$ 1.749.107 mil, controladora e consolidado, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, considerando que as perspectivas para perda tenham sido avaliadas como possíveis pela Administração, a partir do suporte dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Provisões e passivos contingentes apresentam incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e dos passivos contingentes requerem que a Administração da Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela Administração.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Reuniões com a Área Jurídica para entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela Administração com base na existência e mensuração dos processos da Companhia;
- Obtenção de confirmação externa acerca dos prognósticos de perda e valores processuais junto aos advogados externos da Companhia;
- Confrontação dos controles do Departamento Jurídico da Companhia com as informações de assessores jurídicos externos;
- Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela Administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia;
- Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, do exercício;
- Avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos razoáveis os níveis de provisionamento e, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social

Com base na Nota Explicativa nº16, a Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2025, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de Contribuição Social e diferenças temporárias no montante de R\$ 1.785.697 mil (controladora) e R\$ 1.762.329 mil (consolidado).

Esses valores são registrados na medida em que a Administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A Administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de Imposto de Renda, da base negativa da Contribuição Social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamento significativo pela Administração. Por esse motivo, e pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento sobre as políticas da Administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros;
- Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas;
- Discussão com a Administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados;
- Análise da adequação das divulgações apresentadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis a metodologia e as premissas utilizadas para demonstrar a recuperabilidade dos saldos de créditos tributários, bem como os julgamentos utilizados pela Companhia são adequados. As divulgações são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas – informação suplementar

As demonstrações individuais e consolidadas do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e suas controladas, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas Demonstrações do Valor Adicionado individuais e consolidadas foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia e suas controladas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessarem suas operações, ou não tenham nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1



Robinson Meira
Contador CRC 1 SP 244496/O-5

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receita líquida	4	1.710.155	1.469.889	1.260.522	1.175.265
Custo com energia elétrica	5	(640.475)	(540.337)	(326.657)	(288.098)
Custo com operação	5	(518.698)	(484.660)	(426.868)	(433.012)
Lucro bruto		550.982	444.892	506.997	454.155
Despesas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	5	(131.645)	(128.753)	(113.100)	(112.607)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	5	537.661	1.652.988	538.848	1.653.418
		406.016	1.524.235	425.748	1.540.811
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		956.998	1.969.127	932.745	1.994.966
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11(b)	-	-	(14.263)	(10.668)
		-	-	(14.263)	(10.668)
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	6	231.806	282.176	110.110	180.579
Despesas financeiras	6	(693.109)	(597.268)	(577.074)	(519.447)
		(461.303)	(315.092)	(466.964)	(338.868)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		495.695	1.654.035	451.518	1.645.430
Imposto de renda e contribuição social	16(a)				
Correntes		(27.281)	(1.337)	-	584
Diferidos		(132.605)	(574.798)	(115.709)	(568.114)
Lucro líquido do exercício		335.809	1.077.900	335.809	1.077.900

		Consolidado e Controladora	
		2025	2024
Lucro líquido do exercício		335.809	1.077.900
Remensuração de benefícios de aposentadoria, líquido dos efeitos tributários	19(e)	(83.392)	528.020
Total do resultado abrangente do exercício		252.417	1.605.920

CESP - Companhia Energética de São Paulo
Demonstração dos fluxos de caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		495.695	1.654.035	451.518	1.645.430
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	5	460.355	423.054	380.144	377.061
Baixa de intangíveis e arrendamento		2.336	5.458	2.336	5.458
Ganho com venda de imobilizado e ativos disponíveis para venda	5	(9.538)	(27.512)	(9.538)	(27.512)
Equivalência patrimonial	11(b)	-	-	14.263	10.668
Juros e variações monetárias		503.379	338.981	415.625	276.233
Apropriação de custos de captação	14(c)	9.102	8.510	8.839	8.312
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais	6	5.507	6.503	5.507	6.501
Rendimentos sobre fundo reserva		(3.919)	(2.251)	-	-
Ativos indenizáveis pela União	1.2.2(b)	(142.895)	-	(142.895)	-
Constituição (reversão) de provisões					
Provisão (reversão) para litígios	18(a)	(64.980)	(160.520)	(64.951)	(159.764)
Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível	1.2.2(b)	(325.665)	(1.500.135)	(325.665)	(1.500.135)
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais	17(a)	(3.837)	4.577	(3.836)	1.051
Provisão (reversão) de Incentivo de longo prazo		-	(460)	-	(460)
Atualizações de saldos					
Provisão para litígios	18(a)	40.396	66.529	40.390	66.521
Benefícios pós-emprego	6	88.328	141.010	88.328	141.010
Custo do serviço de benefícios pós-emprego	19(c)	(157)	(326)	(157)	(326)
Depósitos judiciais	6	(4.422)	(13.728)	(4.356)	(13.993)
Ajuste a valor presente					
Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	6	15.194	11.127	11.129	8.678
UBP - Uso do bem público	6	139	1.512	139	1.512
Alienação de participação de investidas		(40.518)	(15.375)	-	-
Arrendamentos		4.443	2.290	23	72
		1.028.943	943.279	866.843	846.317
Decréscimo (acrécimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(53.542)	(6.447)	(24.511)	11.784
Tributos a recuperar		15.667	(35.169)	11.241	(8.948)
Despesas antecipadas		(3.674)	6.499	(2.233)	4.125
Cauções e depósitos judiciais		8.420	109.603	8.133	109.140
Partes relacionadas		36.186	38.478	9.389	31.850
Demais créditos e outros ativos		11.999	11.679	5.249	11.987
Acrécimo (decrécimo) em passivos					
Fornecedores		21.546	(11.164)	4.383	(18.007)
Partes relacionadas		(21.438)	-	(11.029)	-
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(2.021)	(2.566)	(1.525)	(2.571)
Tributos a recolher		(5.780)	11.648	4.696	1.085
Encargos setoriais		4.586	(4.248)	4.586	(4.248)
Pagamento de obrigações socioambientais	17	(22.073)	(23.350)	(22.073)	(23.350)
Pagamento de UBP - Uso do bem público		(11.854)	(38.667)	(11.854)	(38.667)
Pagamento de litígios, obrigações e acordos judiciais		(57.258)	(75.034)	(53.559)	(75.033)
Pagamento de benefícios pós-emprego	19(c)	(137.288)	(132.448)	(137.288)	(132.448)
Demais obrigações e outros passivos		(728.827)	(1.955)	(762.431)	(5.072)
Caixa proveniente das operações		83.592	790.138	(111.983)	707.944
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	14(c)	(229.232)	(142.969)	(156.531)	(134.367)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(19.975)	(13.804)	(4.141)	(1.685)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(165.615)	633.365	(272.655)	571.892

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
(Aplicação) e resgate em aplicações financeiras		(88.136)	-	(38.623)	-
Resgate (aplicação) de conta reserva		548	(10.478)	-	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(26.408)	(189.565)	(17.730)	(14.502)
Redução (aumento) de capital em investidas	1.2.1(c)	-	-	644.410	(12.001)
Aquisição de investimento		701	-	-	-
Recebimento de dividendos		-	-	5.490	7.368
Recebimento pela venda de ativo imobilizado		9.538	35.173	9.538	35.173
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento		(103.757)	(164.870)	603.085	16.038
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de recursos	14(c)	2.100.000	1.566.501	2.100.000	1.100.000
Liquidação de financiamentos e debêntures	14(c)	(11.606)	(151.122)	-	(150.008)
Custo da captação de recursos	14(c)	(5.854)	(38.319)	(5.854)	(35.430)
Redução de capital social	1.2.1(b)	(2.600.000)	-	(2.600.000)	-
Liquidação de arrendamentos		(5.449)	(3.095)	(522)	(773)
Pagamento de dividendos	1.2.1(a)	(256.002)	(1.372.024)	(256.001)	(1.372.024)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		(778.911)	1.941	(762.377)	(458.235)
(Decréscimo) Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		(1.048.283)	470.436	(431.947)	129.695
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.855.465	1.385.029	994.911	865.216
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		807.182	1.855.465	562.964	994.911

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	807.182	1.855.465	562.964	994.911
Aplicações financeiras	8	88.136	-	38.623	-
Contas a receber de clientes	10(a)	230.176	176.634	166.349	147.364
Tributos a recuperar		93.229	108.859	64.672	75.913
Dividendos a receber	20	-	-	6.246	-
Partes relacionadas	20	50.270	58.935	13.100	24.680
Despesas antecipadas		6.216	2.542	4.181	1.948
Outros ativos		45.416	8.080	16.118	7.991
		1.320.625	2.210.515	872.253	1.252.807
Não circulante					
Fundo de liquidez - Conta reserva	9	30.923	27.552	-	-
Ativos indenizáveis pela União	1.2.2(b)	498.815	-	498.816	-
Partes relacionadas	20	3.638	28.855	3.897	1.706
Cauções e depósitos judiciais		58.539	68.044	57.959	67.243
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16(b)	1.785.753	1.859.976	1.785.697	1.858.446
Ativo sujeito à indenização		2.790	21.799	2.790	21.799
Outros ativos		7.692	8.407	252	8.104
		2.388.150	2.014.633	2.349.411	1.957.298
Investimentos	11	-	-	1.262.845	1.933.254
Imobilizado	12	7.814.784	8.247.449	5.897.530	6.255.055
Intangível	13	1.918.689	1.983.401	1.918.146	1.983.101
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		35.374	37.501	63	617
		12.156.997	12.282.984	11.427.995	12.129.325
Total do ativo		13.477.622	14.493.499	12.300.248	13.382.132

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Financiamentos e debêntures	14	178.256	51.131	159.662	37.197
Fornecedores	15	140.648	119.355	46.925	42.045
Arrendamentos		1.360	1.281	135	634
Partes relacionadas	20	62.687	76.554	46.673	57.946
Obrigações estimadas e folha de pagamento		10.900	12.921	9.914	11.439
Tributos a recolher		16.868	15.329	12.023	11.468
Encargos setoriais		23.467	18.881	23.467	18.881
Dividendos a pagar	20	80.023	256.274	80.023	256.274
UBP - Uso do bem público		-	11.714	-	11.714
Obrigações socioambientais e de desmobilização de	17				
ativos		39.160	57.200	35.887	53.674
Provisão para litígios	18	107.843	69.681	107.843	69.681
Outros passivos		13.358	17.949	13.074	17.153
		674.570	708.270	535.626	588.106
Não circulante					
Financiamentos e debêntures	14	6.167.404	3.928.740	5.304.891	3.065.277
Arrendamentos		37.669	38.754	-	-
Partes relacionadas	20	37.175	34.339	534	290
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16(b)	23.424	8.002	-	-
Obrigações socioambientais e de desmobilização de	17				
ativos		137.712	182.638	92.591	140.958
Provisão para litígios	18	643.244	753.624	643.148	753.505
Benefícios pós-emprego	19	918.525	841.290	918.525	841.290
Outros passivos		58.455	58.761	25.489	53.625
		8.023.608	5.846.148	6.985.178	4.854.945
Total do passivo		8.698.178	6.554.418	7.520.804	5.443.051
Patrimônio líquido	21				
Capital social		3.871.508	6.471.508	3.871.508	6.471.508
(-) Ações em tesouraria		(3.332)	(3.332)	(3.332)	(3.332)
Reserva de capital		1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros		676.810	1.188.754	676.810	1.188.754
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.694.640)	(1.646.947)	(1.694.640)	(1.646.947)
		4.779.444	7.939.081	4.779.444	7.939.081
Total do passivo e patrimônio líquido		13.477.622	14.493.499	12.300.248	13.382.132

CESP - Companhia Energética de São Paulo
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Nota	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
		Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reserva de capital	Legal	Reservas de lucros			
Em 1º de janeiro de 2024		6.471.508	(3.332)	1.929.098	402.560	1.372.024	-	(2.210.672)	7.961.186
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	1.077.900	-	1.077.900
Realização de custo atribuído (depreciação) líquido de impostos		-	-	-	-	-	(35.705)	35.705	-
Ajuste de benefícios pós-emprego		-	-	-	-	-	-	528.020	528.020
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	1.042.195	563.725	1.605.920
Dividendos adicionais propostos									
Dividendos intermediários deliberados		-	-	-	-	(1.372.024)	-	-	(1.372.024)
Destinação do resultado do exercício									
Total de contribuições para acionistas		-	-	-	-	(1.372.024)	-	-	(1.372.024)
Constituição de reserva legal		-	-	-	53.895	-	(53.895)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(256.001)	-	(256.001)
Retenção de lucros		-	-	-	-	732.299	(732.299)	-	-
Contribuições e distribuição aos acionistas		-	-	-	53.895	(639.725)	(1.042.195)	-	(1.628.025)
Em 31 de dezembro de 2024		6.471.508	(3.332)	1.929.098	456.455	732.299	-	(1.646.947)	7.939.081
Em 1º de janeiro de 2025		6.471.508	(3.332)	1.929.098	456.455	732.299	-	(1.646.947)	7.939.081
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	335.809	-	335.809
Realização de custo atribuído (depreciação) líquido de impostos		-	-	-	-	-	(35.699)	35.699	-
Ajuste de benefícios pós-emprego	19(e)	-	-	-	-	-	-	(83.392)	(83.392)
Total do resultado abrangente do exercício		-	-	-	-	-	300.110	(47.693)	252.417
Dividendos adicionais propostos									
Dividendos adicionais deliberados	1.2.1(a)	-	-	-	-	(732.299)	-	-	(732.299)
Destinação do resultado do exercício									
Redução de capital social	1.2.1(b)	(2.600.000)	-	-	-	-	-	-	(2.600.000)
Constituição de reserva legal	21.6	-	-	-	16.790	-	(16.790)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	21.6	-	-	-	-	-	(79.755)	-	(79.755)
Retenção de lucros	21.6	-	-	-	-	-	(203.565)	-	-
Contribuições aos acionistas		(2.600.000)	-	-	16.790	(732.299)	203.565	(300.110)	(3.412.054)
Em 31 de dezembro de 2025		3.871.508	(3.332)	1.929.098	473.245	-	203.565	(1.694.640)	4.779.444

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

		Consolidado (reapresentado Nota 2.5)		Controladora (reapresentado Nota 2.5)	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Receitas					
Venda de energia, serviços e outros	4	1.969.006	1.697.821	1.480.728	1.373.185
Outras receitas operacionais		247.695	188.558	248.882	188.988
Receitas relativas à construção de ativos próprios		24.534	187.505	20.152	18.268
		2.241.235	2.073.884	1.749.762	1.580.441
Insumos adquiridos de terceiros					
Energia comprada, encargos de uso e custos com operação		(745.732)	(917.814)	(400.780)	(366.606)
Serviços de terceiros, materiais e outros		(41.156)	(55.465)	(36.888)	(51.527)
Provisão de impairment de ativo imobilizado e intangível		325.665	1.500.135	325.665	1.500.135
		(461.223)	526.856	(112.003)	1.082.002
Valor adicionado bruto		1.780.012	2.600.740	1.637.759	2.662.443
Retenções					
Depreciação e amortização		(514.445)	(477.152)	(434.234)	(431.159)
		(514.445)	(477.152)	(434.234)	(431.159)
Valor adicionado líquido gerado		1.265.567	2.123.588	1.203.525	2.231.284
Transferências					
Equivalência patrimonial	11(b)	-	-	(14.263)	(10.668)
Receitas financeiras		254.384	294.029	130.342	188.753
		254.384	294.029	116.079	178.085
Valor adicionado a distribuir		1.519.951	2.417.617	1.319.604	2.409.369
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		83.811	73.519	72.134	62.693
Benefícios		15.807	11.867	13.798	11.030
FGTS		1.881	2.058	1.714	1.904
		101.499	87.444	87.646	75.627
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e atualização monetária		590.844	432.998	488.612	361.661
Outras despesas financeiras		116.523	165.703	102.720	157.786
Aluguéis e arrendamentos		4.242	20.028	2.765	1.134
		711.609	618.729	594.097	520.581
Intrasetoriais – Encargos regulamentares	4				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH		65.038	52.859	65.038	52.859
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		12.444	11.699	12.444	11.699
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		9.609	6.372	6.749	6.372
		87.091	70.930	84.231	70.930
Tributos e contribuições sociais					
Federais		275.917	554.930	210.679	657.209
INSS		6.087	7.007	5.579	6.497
Estaduais		(13)	2	(12)	2
Municipais		1.952	675	1.575	623
		283.943	562.614	217.821	664.331
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		79.755	256.001	79.755	256.001
Lucros retidos		256.054	821.899	256.054	821.899
Valor adicionado distribuído		1.519.951	2.417.617	1.319.604	2.409.369

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo (“CESP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. (“Auren”). Em conjunto com suas controladas CESP Comercializadora de Energia S.A. (“CESP Comercializadora”), Jaíba V Holding S.A. (“Jaíba V”) e SF 648 Participações Societárias S.A. (“SF 648”), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração de energia elétrica e sua respectiva comercialização.

A CESP, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas operando no regime de preço (UHE Porto Primavera) e outra em operação temporária, com remuneração via Receita Anual de Geração (“RAG”) (UHE Paraibuna), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 932 MW médios de garantia física de energia.

Após a assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (“UHE Porto Primavera”), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a CESP passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Adicionalmente, a controlada Jaíba V tem como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de energia elétrica por fonte solar. O complexo solar Sol de Jaíba, que se encontra, atualmente, em operação regular e possui 500 MW de capacidade instalada, tem todas as suas unidades geradoras com prazo de término da autorização para operação até fevereiro de 2055.

A Companhia e suas controladas operacionais possuem as características listadas abaixo:

	Capacidade (Mw)	Localização	Início da concessão ou outorga	Término da concessão ou outorga
Geração hidrelétrica				
CESP – Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Porto Primavera	1.540,0	Rosana - SP e Bataiporã - MS	23/01/1999	15/04/2056
CESP – Companhia Energética de São Paulo, por meio da UHE Paraibuna	87,0	Paraibuna - SP	24/04/1978	03/06/2022
Total Geração Hidrelétrica	1.627,0			
Complexo Solar Jaibas (“UFV Jaibas”):				
Jaíba C Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CE Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CN Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CO Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba CS Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba SE2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NE2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba L1 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NE3 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba NO2 Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba L2 Energias Renováveis S.A.	20,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba S Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Jaíba SO Energias Renováveis S.A.	40,0	Jaíba - MG	18/02/2020	17/02/2055
Total Complexo Solar	500,0			
Total de capacidade	2.127,0			

1.2 Principais eventos ocorridos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025

1.2.1 Principais eventos societários

(a) Deliberação e pagamento de dividendos adicionais

Em 22 de abril de 2025, em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, foi deliberado o montante de R\$ 988.300, sendo dividendos obrigatórios correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado com base no lucro apurado no exercício de 2024, no montante de R\$ 256.001 e dividendos adicionais no montante de R\$ 732.299, referente ao resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024. Ambos pagos na data da reunião.

(b) Redução de capital

Em 24 de julho de 2025, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a redução do capital social da Companhia no montante de R\$ 2.600.000, passando de R\$ 6.471.508 para R\$ 3.871.508.

(c) Redução de capital na controlada Jaíba V

Em 27 de março de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Jaíba V a sua redução de capital social, no montante de R\$ 464.410, mediante o cancelamento de 516.011.440 (quinhentas e dezesseis milhões, onze mil, quatrocentas e quarenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da controlada. A redução de capital foi efetivada em 31 de março de 2025, mediante o envio dos recursos à Companhia.

Em 18 de agosto de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da controlada Jaíba V a sua redução de capital social, no montante de R\$ 180.000, mediante o cancelamento de 204.545.455 (duzentos e quatro milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, quatrocentas e cinquenta e cinco) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da controlada. A redução de capital foi efetivada em 19 de agosto de 2025, mediante o envio dos recursos à Companhia.

1.2.2 Principais eventos operacionais

(a) Emissão de debêntures

Em 14 de julho de 2025, a Companhia realizou a 14ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, com Garantia Fidejussória, no montante de R\$ 2.100.000 e prazo de 7 anos, com remuneração de CDI + 0,62% a.a.

(b) Indenização de bens reversíveis

Em 14 de outubro de 2025, durante o 2º Circuito Deliberativo Público Ordinário da Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi deliberado, em favor da CESP, o processo nº 48500.906736/2022-09. A decisão estabeleceu o direito da CESP em receber a indenização no valor total de R\$ 498.815, correspondente à Base de Remuneração Regulatória (BRR) Líquida dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, realizados pela CESP nas usinas hidrelétricas Jupia, Ilha Solteira, Paraibuna e Jaguari, considerando as respectivas datas base dos termos das concessões, conforme indicado na tabela abaixo:

Usina	Base de remuneração líquida	Data base
UHE Jupia	230.802	31/07/2015
UHE Jaguari	24.080	31/05/2020
UHE Paraibuna	30.586	30/06/2022
UHE Ilha Solteira	213.347	31/07/2015
Total	498.815	

A decisão foi formalizada pelo Despacho nº 3.076/2025, publicado em 21 de outubro de 2025 no Diário Oficial da União, e, após essa etapa, o processo foi encaminhado ao Ministério de Minas e Energia, responsável pela definição do meio de pagamento, do índice de correção monetária e do cronograma de pagamento.

Antes da deliberação, as usinas apresentavam situações contábeis distintas:

- (i) As UHEs de Jupia e Ilha Solteira possuíam saldo residual contábil zero, em razão de perdas por desvalorização reconhecidas em exercícios anteriores;
- (ii) A UHE de Jaguari mantinha R\$ 19.010 registrados na rubrica “Ativo sujeito à indenização”; e
- (iii) A UHE de Paraibuna, ainda sob regime de concessão, registrava seu saldo residual no Ativo Imobilizado, no valor de R\$ 11.245.

Com a formalização da decisão regulatória, foram efetuados os seguintes ajustes contábeis:

- a) Reversão de perdas por desvalorização (*impairment*) anteriormente reconhecidas nas UHEs de Jupia e Ilha Solteira, no montante de R\$ 325.665 (R\$ 214.939 líquidos de impostos diferidos), restabelecendo parte do valor contábil dos ativos;
- b) Reclassificação de R\$ 19.010 de “Ativo sujeito à indenização” para “Ativos indenizáveis pela União”, relacionados à UHE de Jaguari;
- c) Reclassificação de R\$ 11.245 do Ativo Imobilizado para “Ativos indenizáveis pela União”, referentes à UHE Paraibuna;
- d) Reconhecimento do complemento de indenização no valor de R\$ 142.895, conforme composição apresentada abaixo:

Usina	Indenização de bens reversíveis		
	Valor residual contábil	Complemento de indenização	Valor Nota Técnica
UHE Jupia	144.444	86.358	230.802
UHE Jaguari	19.010	5.070	24.080
UHE Paraibuna	11.245	19.341	30.586
UHE Ilha Solteira	181.221	32.126	213.347
	355.920	142.895	498.815

Após os ajustes, o saldo final registrado em “Ativos indenizáveis pela União” passou a totalizar R\$ 498.815, refletindo integralmente o valor reconhecido pela ANEEL.

O impacto no resultado do exercício foi um efeito positivo de R\$ 468.560, registrado em “Outros Resultados Operacionais”, composto pela reversão de perdas por desvalorização, no montante de R\$ 325.665 e pelo reconhecimento do complemento de indenização, no valor de R\$ 142.895.

(c) Efeitos da promulgação da Lei nº 15.269/2025 sobre as operações de geração de energia

Em 24 de novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (convertida da Medida Provisória nº 1.304/2025), que moderniza o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, trazendo alterações relevantes relacionadas à modicidade tarifária, segurança energética, regulamentação do armazenamento de energia e abertura total do mercado.

A seguir, destacam-se os pontos mais relevantes da Lei, com potencial impacto sobre as operações das controladas da Companhia na condição de geradora:

- Ajustes relacionados ao *curtailment* (cortes de geração) de geração eólica e solar:

Possibilidade de reconhecimento integral dos cortes elétricos ocorridos antes da publicação da Lei, mediante a assinatura de um Termo de Compromisso junto ao Governo Federal, bem como, compensação parcial pelos cortes ocorridos após a publicação da Lei, condicionada à definição de critérios pelo Poder Concedente.

O Ministério de Minas e Energia iniciou a discussão do tema por meio da Consulta Pública Nº 210, que deverá estabelecer o Termo de Compromisso aplicável à compensação dos cortes mencionados.

- Regulamentação do armazenamento de energia elétrica:

A lei introduz diretrizes para regulamentação dos sistemas de armazenamento, incluindo baterias e outras tecnologias, além de prever incentivos ao seu desenvolvimento.

- Regras de autoprodução e equiparação:

A Lei impõe critérios mais rígidos para equiparação de consumidores a autoprodutores, exigindo demanda agregada mínima de 30.000 kW (3.000 kW por unidade) e participação societária relevante do consumidor na geradora (mínimo de 30% em estruturas com ações preferenciais com maior peso econômico).

A alteração não fere os direitos adquiridos e projetos em andamento são preservados.

- Possibilidade de renovação de concessões hidrelétricas:

A Lei autoriza a prorrogação das concessões e a licitação de usinas hidrelétricas com capacidade instalada superior a 50 MW e outorgadas antes de 11 de dezembro de 2003, por períodos de até 30 anos, a critério do Poder Concedente.

A prorrogação pode ser antecipada em até 5 anos, com vigência imediata.

Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não tem elementos suficientes para reconhecer qualquer ativo relacionado ao assunto, pois, entre outros, grande parte das disposições dependem de regulamentação complementar do órgão regulador, incluindo os temas relacionados aos cortes de geração

A Companhia e suas controladas continuarão monitorando atentamente o desdobramento regulatório e divulgarão informações adicionais quando houver impactos relevantes sobre seus resultados, fluxos de caixa ou posição financeira.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas ("DFP"), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* ("IFRS")) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS") incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee "IFRIC", ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (SIC® *Interpretations*) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), consolidada e individual, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 03 de março de 2026, autorizando sua divulgação.

2.1.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$).

2.3 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A seguir a tabela de empresas controladas incluídas na consolidação destas demonstrações financeiras:

	2025		2024		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Comercialização							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Holding
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	59%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	50%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	75%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	61%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	92%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	58%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	50%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	50%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	93%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	50%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais - Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A. (i)	57,6%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
SF 593 Participações Societárias S.A. (i)	64%	100%	64%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
NK 231 Empreendimentos e Participações S.A.(i)	51%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - SP	Holding
Outros							
SF 648 Participações societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo - Brasil	Holding
Arinos Solar VII S.A (i)	51%	51%	0%	0%	Indireto	Arinos - MG	Geração de energia elétrica

- (i) Trata-se das controladas da Companhia que possuem operações de alienação de participação societária das investidas, para as quais, apesar das correspondentes alienações, há cláusulas contratuais que garantem à estas controladas o controle sobre a totalidade do retorno desses investimentos, razão pela qual estão sendo consolidadas em 100%.

2.4 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras.

(b) Novas normas, regulamentações emitidas e emendas às normas contábeis e tributárias ainda não vigentes

Novas normas, alterações às normas contábeis e novas legislações foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 2025 e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia e suas controladas, as quais estão em processo de avaliação dos requerimentos e dos potenciais impactos decorrentes da adoção das novas normas e alterações listadas a seguir, cuja vigência se dará nos próximos períodos anuais:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos referenciados à eletricidade dependente da natureza	Permite que empresas apliquem a exceção do “own use” para certos PPAs (energia renovável). Além disso, flexibiliza “hedge accounting” para certos PPAs que não atendam a exceção de “own use”.	1º de janeiro de 2026
Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standard Board (“ISSB”) – IFRS 1 e IFRS 2	Estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade.	1º de janeiro de 2026
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.	1º de janeiro de 2027
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.	1º de janeiro de 2027

Reforma Tributária Brasileira

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a Reforma Tributária sobre o consumo, com a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), que substituirão gradualmente tributos como ICMS, ISS, PIS e COFINS.

A partir de 2026, inicia-se o período de transição para o novo modelo tributário, sendo este exercício considerado como ano de transição (ano teste), conforme previsto nas regulamentações vigentes. Importante destacar que, durante esse período, não haverá efeitos imediatos sobre as bases de apuração de tributos nem sobre as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, uma vez que será utilizado exclusivamente para fins de simulação e adaptação aos novos modelos de escrituração e apuração.

A Companhia e suas controladas tem acompanhado de forma contínua os desdobramentos da regulamentação com o objetivo de avaliar os potenciais impactos da Reforma Tributária sobre sua estrutura societária, operações e eventuais mudanças que possam afetar a atividade empresarial a partir de sua implementação.

2.5 Reapresentação de cifras comparativas

2.5.1 Demonstração do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024

Em atendimento a Resolução CVM 199/2024 no preenchimento da Demonstração do Valor Adicionado “DVA”, a Companhia procedeu à reapresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período findo em 31 de dezembro de 2024. As reclassificações geraram ajustes positivos e negativos.

Estas correções, representadas por reclassificações, não geraram impacto relevante em qualquer índice no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Dessa forma, alguns itens foram reclassificados ou tiveram os critérios de reconhecimento adotados para a apresentação da DVA alterados e as principais reclassificações estão descritas abaixo:

- (a) Abertura das “Receitas relativas à construção de ativos próprios” em linha específica no grupo “Receitas” no montante de R\$ 187.505. Essa receita está diretamente relacionada à construção de ativos de infraestrutura energética, como parques eólicos, nela foi considerada a totalidade das adições do obras em andamento e do intangível andamento, considerando os saldos de juros capitalizado. A contrapartida desses valores foi alocada substancialmente nas linhas “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação” e “Aluguéis e arrendamentos”, no montante de R\$ 167.574 e R\$ 18.457 respectivamente;

- (b) Reclassificação nas linhas do grupo de “Insumos adquiridos de terceiros”, referem-se a: (i) Linha de “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação” sendo R\$ 167.574 de alocação dos custos advindos das Receitas de Construção de ativos próprios; e R\$ 38.872 melhor alocação de valores antes apresentados nas linhas de Serviços de terceiros, operação e manutenção” e “Materiais”; (ii) Linha de “Serviços de terceiros, materiais e outros” onde R\$ 28.818 saíram da linha de “Serviços de terceiros, operação e manutenção” e passaram a ser alocados na linha “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação”;
- (c) Adição no grupo de “Insumos adquiridos de terceiros” de R\$ 45.589 referente ao montante de tributos a recuperar incidentes nas compras de produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia, entre outros alocados na linha de “Energia comprada, encargos de uso e custos com operação”;
- (d) Reclassificação do grupo “Outros”, que totalizada R\$ 1.639.176, onde a linha de “Provisão de *impairment* de ativo imobilizado e intangível” no valor de R\$ 1.500.135 foi realocada para o grupo “Insumos adquiridos de terceiros” e as demais linhas foram alocadas em “Outras receitas operacionais” no grupo de “Receitas”, agregando nessa linha valores positivos e negativos;
- (e) Reclassificação da despesa com INSS do Grupo de Pessoal referente a Encargos Sociais para o Grupo de Tributos e Contribuições Sociais. A despesa com Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“F.G.T.S.”), anteriormente demonstrada na linha de Encargos Sociais foi aberta em linha específica dentro do Grupo de Pessoal, no montante de R\$ 7.007 e R\$ 2.058 respectivamente;
- (f) Reconhecimento dos efeitos do custo atribuído, de modo que a parcela correspondente a base depreciable no valor de R\$ 54.098 foi alocada na linha “Depreciação e amortização” e os efeitos de impostos na linha “Federais” no valor de R\$ 18.393. O efeito líquido remanescente R\$ 35.705 foi registrado na linha de “Outras Receitas”.

Tais ajustes foram realizados retroativamente conforme preveem os pronunciamentos técnicos “IAS 1 / CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis” e “IAS 8 / CPC 23 — Políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erro”. Esta reapresentação não impactou as demais notas explicativas da Companhia, tampouco nos resultados consolidados e individuais do período ou qualquer índice relevante no contexto das demonstrações financeiras consolidadas e individuais como um todo, e estão sendo reapresentadas para fins de comparabilidade conforme demonstrado abaixo:

		Consolidado			Controladora		
	Referência	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024
Receitas							
Venda de energia, serviços e outros		1.655.938	41.883	1.697.821	1.331.911	41.274	1.373.185
Outras receitas operacionais	(d)	41.883	146.675	188.558	41.274	147.714	188.988
Receitas relativas à construção de ativos próprios	(a)	-	187.505	187.505	-	18.268	18.268
		1.697.821	376.063	2.073.884	1.373.185	207.256	1.580.441
Insumos adquiridos de terceiros							
Energia comprada, encargos de uso e custos com operação	(a)/(b)/(c)/(f)	(540.337)	(377.477)	(917.814)	(288.098)	(78.508)	(366.606)
Serviços de terceiros, materiais e outros	(b)	(75.983)	20.518	(55.465)	(70.580)	19.053	(51.527)
Materiais	(b)	(3.841)	3.841	-	(3.217)	3.217	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado e intangível		-	1.500.135	1.500.135	-	1.500.135	1.500.135
Outras despesas		(701)	701	-	(814)	814	-
		(620.862)	1.147.718	526.856	(362.709)	1.444.711	1.082.002
Valor adicionado bruto		1.076.959	1.523.781	2.600.740	1.010.476	1.651.967	2.662.443
Retenções							
Depreciação e amortização		(423.054)	(54.098)	(477.152)	(377.061)	(54.098)	(431.159)
		(423.054)	(54.098)	(477.152)	(377.061)	(54.098)	(431.159)
Valor adicionado líquido gerado		653.905	1.469.683	2.123.588	633.415	1.597.869	2.231.284
Transferências							
Equivalência patrimonial		-	-	-	(10.668)	-	(10.668)
Receitas financeiras		282.176	11.853	294.029	180.579	8.174	188.753
		282.176	11.853	294.029	169.911	8.174	178.085
Outras							
Reversão de litígios	(d)	160.520	(160.520)	-	159.764	(159.764)	-
Baixa de depósitos judiciais		1.497	(1.497)	-	1.497	(1.497)	-
Provisão de impairment de ativo imobilizado e intangível		1.500.135	(1.500.135)	-	1.500.135	(1.500.135)	-
Reversão (recuperação) de tributos		(7.809)	7.809	-	(7.762)	7.762	-
Pagamento de litígios		(9.215)	9.215	-	(9.215)	9.215	-
Seguros		(6.125)	6.125	-	(4.078)	4.078	-
Outras despesas, operacionais líquidas		173	(173)	-	2.258	(2.258)	-
		1.639.176	(1.639.176)	-	1.642.599	(1.642.599)	-
Valor adicionado a distribuir		2.575.257	(157.640)	2.417.617	2.445.925	(36.556)	2.409.369

CESP - Companhia Energética de São Paulo.
Notas explicativas
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Referência	Consolidado			Controladora		
	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024	Conforme anteriormente apresentado	Reclassificações	2024
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal						
Remuneração direta (e)	80.526	(7.007)	73.519	69.190	(6.497)	62.693
Benefícios	11.867	-	11.867	11.030	-	11.030
Encargos sociais	2.058	(2.058)	-	1.904	(1.904)	-
FGTS (e)	-	2.058	2.058	-	1.904	1.904
	94.451	(7.007)	87.444	82.124	(6.497)	75.627
Remuneração de capital de terceiros						
Juros e atualização monetária	548.736	(115.738)	432.998	485.980	(124.319)	361.661
Outras despesas financeiras	48.532	117.171	165.703	33.467	124.319	157.786
Aluguéis e arrendamentos (a)	1.571	18.457	20.028	1.004	130	1.134
	598.839	19.890	618.729	520.451	130	520.581
Intrasetoriais – Encargos regulamentares						
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH	52.859	-	52.859	52.859	-	52.859
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	11.699	-	11.699	11.699	-	11.699
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE	6.372	-	6.372	6.372	-	6.372
	70.930	-	70.930	70.930	-	70.930
Tributos e contribuições sociais						
Federais (c)	732.933	(178.003)	554.930	694.316	(37.107)	657.209
INSS (e)	-	7.007	7.007	-	6.497	6.497
Estaduais	-	2	2	-	2	2
Municipais	204	471	675	204	419	623
	733.137	(170.523)	562.614	694.520	(30.189)	664.331
Remuneração de capitais próprios						
Dividendos	-	256.001	256.001	-	256.001	256.001
Lucros retidos	1.077.900	-	821.899	1.077.900	-	821.899
	1.077.900	256.001	1.333.901	1.077.900	256.001	1.333.901
Valor adicionado distribuído	2.575.257	(157.640)	2.417.617	2.445.925	(36.556)	2.409.369

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
12	Imobilizado
13	Intangível
16 (b)	Imposto de renda e contribuição social diferidos
18	UBP - Uso do bem público
19	Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos
20	Provisão de ressarcimento
21	Benefícios pós-emprego
22	Provisão para litígios

4 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e suas controladas seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia das controladas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica:

	Consolidado			
	2025		2024	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos <i>Wholesale</i>	527.592	107.062	226.965	46.324
Partes relacionadas (Nota 20)	6.218.530	1.025.470	6.404.975	941.790
Contratos regulados	2.014.800	669.767	2.020.320	641.302
Energia de curto prazo – CCEE		100.977		26.522
		1.903.276		1.655.938
Outras receitas (despesas)				
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna		39.508		37.194
Outras receitas		26.222		4.689
		65.730		41.883
		1.969.006		1.697.821
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(171.471)		(156.798)
ICMS sobre receitas operacionais		(5)		-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos				
– CFURH		(65.038)		(52.859)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(12.444)		(11.699)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(9.609)		(6.372)
Imposto sobre serviços – ISS		(284)		(204)
		(258.851)		(227.932)
Receita líquida		1.710.155		1.469.889

(*) Megawatt-hora, não auditado.

	Controladora			
	2025		2024	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Venda de energia				
Contratos <i>Wholesale</i>	38.462	5.098	-	-
Partes relacionadas (Nota 20)	4.733.092	731.993	4.943.014	672.540
Contratos regulados	2.014.800	669.767	2.020.320	641.302
Energia de curto prazo – CCEE		20.358		18.069
		1.427.216		1.331.911
Outras receitas				
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna		39.508		37.194
Outras receitas		14.004		4.080
		53.512		41.274
		1.480.728		1.373.185
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais		(135.759)		(126.786)
ICMS sobre receitas operacionais		(5)		-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH		(65.038)		(52.859)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		(12.444)		(11.699)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(6.749)		(6.372)
Imposto sobre serviços – ISS		(211)		(204)
		(220.206)		(197.920)
Receita líquida		1.260.522		1.175.265

(*) Megawatt-hora, não auditado.

5 Custos e despesas operacionais líquidas

	Nota						Consolidado
						2025	2024
		Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	5.1	(355.540)	-	-	-	(355.540)	(268.495)
Encargos de uso da rede elétrica		(284.935)	-	-	-	(284.935)	(271.842)
Depreciação e amortização		-	(457.746)	(2.609)	-	(460.355)	(423.054)
Pessoal		-	(21.182)	(86.404)	-	(107.586)	(94.451)
Pessoal		-	(21.182)	(86.404)	-	(107.586)	(94.451)
Materiais		-	(2.816)	(481)	-	(3.297)	(3.841)
Materiais		-	(2.816)	(481)	-	(3.297)	(3.841)
Serviços		-	(29.156)	(30.058)	-	(59.214)	(75.983)
Serviços de terceiros		-	(21.137)	(29.637)	-	(50.774)	(69.759)
Serviços de manutenção e conservação		-	(8.019)	(421)	-	(8.440)	(6.224)
Outros		-	(7.798)	(12.093)	-	(19.891)	(16.084)
Aluguéis e arrendamentos		-	(1.991)	(1.476)	-	(3.467)	(1.571)
Seguros		-	(3.114)	(4.560)	-	(7.674)	(6.125)
Impostos, taxas e contribuições		-	(582)	(2.902)	-	(3.484)	(2.321)
Outras despesas líquidas		-	(2.111)	(3.155)	-	(5.266)	(6.067)
Demais (despesas) receitas		-	-	-	537.661	537.661	1.652.988
Ganho com venda de imobilizado e ativos disponíveis para venda		-	-	-	9.538	9.538	27.512
Baixa de intangíveis		-	-	-	(2.336)	(2.336)	(5.489)
Reversão para litígios	18(a)	-	-	-	64.980	64.980	160.520
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (i)		-	-	-	-	-	1.500.135
Reversão de tributos		-	-	-	-	-	(7.809)
Baixa de depósitos judiciais		-	-	-	-	-	1.497
Reversão (provisão) para obrigações socioambientais	17(a)	-	-	-	3.836	3.836	(1.051)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União	1.2.2(b)	-	-	-	325.665	325.665	-
Indenização de Investimentos Prudentes	1.2.2(b)	-	-	-	142.895	142.895	-
Demais despesas, líquidas		-	-	-	(6.917)	(6.917)	(22.327)
		(640.475)	(518.698)	(131.645)	537.661	(753.157)	499.238

(i) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a reversão de *impairment* de todo o saldo provisionado até a mesma data.

						Controladora	
						2025	2024
	Nota	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	5.1	(86.590)	-	-	-	(86.590)	(57.087)
Encargos de uso da rede elétrica		(240.067)	-	-	-	(240.067)	(231.011)
Depreciação e amortização		-	(377.612)	(2.532)	-	(380.144)	(377.061)
Pessoal		-	(20.962)	(72.263)	-	(93.225)	(82.124)
Pessoal		-	(20.962)	(72.263)	-	(93.225)	(82.124)
Materiais		-	(2.474)	(442)	-	(2.916)	(3.217)
Materiais		-	(2.474)	(442)	-	(2.916)	(3.217)
Serviços		-	(22.455)	(26.598)	-	(49.053)	(70.580)
Serviços de terceiros		-	(18.215)	(26.215)	-	(44.430)	(65.504)
Serviços de manutenção e conservação		-	(4.240)	(383)	-	(4.623)	(5.076)
Outros		-	(3.365)	(11.265)	-	(14.630)	(12.637)
Aluguéis e arrendamentos		-	(1.348)	(1.417)	-	(2.765)	(1.004)
Seguros		-	-	(4.560)	-	(4.560)	(4.078)
Impostos, taxas e contribuições		-	(221)	(2.839)	-	(3.060)	(2.236)
Outras despesas líquidas		-	(1.796)	(2.449)	-	(4.245)	(5.319)
Demais (despesas) receitas		-	-	-	538.848	538.848	1.653.418
Ganho na venda de ativo imobilizado		-	-	-	9.538	9.538	27.512
Baixa de intangíveis		-	-	-	(2.336)	(2.336)	(5.489)
Reversão para litígios		-	-	-	64.951	64.951	159.764
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível (i)		-	-	-	-	-	1.500.135
Reversão de tributos		-	-	-	-	-	(7.762)
Baixa de depósitos judiciais		-	-	-	-	-	1.497
Provisão para obrigações socioambientais	17(a)	-	-	-	3.836	3.836	(1.051)
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União	1.2.2(b)	-	-	-	325.665	325.665	-
Indenização de Investimentos Prudentes	1.2.2(b)	-	-	-	142.895	142.895	-
Demais despesas, líquidas		-	-	-	(5.701)	(5.701)	(21.188)
		(326.657)	(426.868)	(113.100)	538.848	(327.777)	819.701

(ii) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu a reversão de *impairment* de todo o saldo provisionado até a mesma data.

5.1 Energia comprada

	Consolidado	
	2025	2024
Energia comprada para revenda	(36.872)	(13.205)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 20)	(176.375)	(192.876)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(33.498)	(32.022)
Energia de curto prazo – CCEE	(109.091)	(29.010)
Ressarcimento de GSF	1.894	-
Outros custos	(1.598)	(1.382)
	<u>(355.540)</u>	<u>(268.495)</u>

	Controladora	
	2025	2024
Energia comprada para revenda	(17.929)	(9.334)
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 20)	(17.064)	(9.713)
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(33.498)	(32.022)
Energia de curto prazo – CCEE	(19.176)	(5.171)
Ressarcimento de GSF	1.894	-
Outros custos	(817)	(847)
	<u>(86.590)</u>	<u>(57.087)</u>

6 Resultado financeiro líquido

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimento sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		176.198	249.198	106.625	171.678
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		2.304	20.072	-	-
Ajuste a valor presente sobre opção de compra de ações alienadas		48.621	7.210	-	-
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		4.422	13.728	4.356	13.993
Outras receitas financeiras		8.581	3.821	5.103	3.082
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - demais itens		(8.320)	(11.853)	(5.974)	(8.174)
		<u>231.806</u>	<u>282.176</u>	<u>110.110</u>	<u>180.579</u>
Despesas financeiras					
Juros sobre financiamentos e debêntures	14(c)	(367.523)	(212.043)	(279.769)	(149.295)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	14(c)	(135.856)	(126.938)	(135.856)	(126.938)
Atualização monetária sobre provisão para litígios	18(a)	(40.396)	(66.529)	(40.390)	(66.521)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	19(c)	(88.327)	(141.010)	(88.327)	(141.010)
Ajuste a valor presente e atualização monetária da operação de alienação de investidas		(10.407)	(4.697)	-	-
Apropriação de custos de captações	14(c)	(9.102)	(8.510)	(8.839)	(8.312)
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais		(5.507)	(6.503)	(5.507)	(6.501)
Ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos	17(a)	(15.194)	(11.127)	(11.129)	(8.678)
Atualização monetária sobre acordos judiciais		(1.564)	(2.216)	(1.564)	(2.216)
Ajuste a valor presente sobre UBP		(139)	(1.512)	(139)	(1.512)
Outras despesas financeiras		(19.094)	(16.183)	(5.554)	(8.464)
		<u>(693.109)</u>	<u>(597.268)</u>	<u>(577.074)</u>	<u>(519.447)</u>
		<u>(461.303)</u>	<u>(315.092)</u>	<u>(466.964)</u>	<u>(338.868)</u>

7 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses ou cuja estratégia seja a utilização dos recursos dentro desse prazo, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, os CDBs possuem taxa de remuneração média de 100,79% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (100,00% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Caixa				
Caixa e bancos	1.973	1.667	365	115
	1.973	1.667	365	115
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	431.024	909.157	392.735	839.437
Quotas de fundos de investimento (a)	374.185	944.641	169.864	155.359
	805.209	1.853.798	562.599	994.796
Caixa e equivalentes de caixa	807.182	1.855.465	562.964	994.911

(a) Quotas de fundo de investimento

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Quotas de fundos de investimento				
Operações compromissadas - Títulos Públicos	374.185	838.306	169.864	137.870
Títulos públicos	-	106.335	-	17.489
	374.185	944.641	169.864	155.359

As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Auren, Fundo Odessa. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,95% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (99,46% CDI em 31 de dezembro de 2024).

8 Aplicações Financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras possuem taxa de remuneração média de 98,67% do CDI.

	Consolidado	Controladora
	2025	2025
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs")	6.627	1.621
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	81.509	37.002
	88.136	38.623

9 Fundo de Liquidez – conta reserva

Política contábil

O fundo de liquidez – conta reserva é constituído com o objetivo de garantir recursos para obrigações específicas, funcionando como uma reserva estratégica. Por sua natureza, os valores alocados nesse grupo não possuem liquidez imediata, sendo classificados no ativo circulante e não circulante. Esses recursos não se enquadram na definição de caixa e equivalentes de caixa, pois são mantidos com destinação vinculada e não para uso operacional corrente.

As aplicações que compõem o fundo de liquidez podem incluir títulos públicos ou privados, geralmente indexados à taxa de depósito interbancário, e, quando aplicável, instrumentos financeiros em moeda estrangeira, observando critérios de segurança e rentabilidade compatíveis com a finalidade da reserva.

Em 31 de dezembro de 2025, o fundo de liquidez – conta reserva possui taxa de remuneração média de 99,41% do CDI (82,45% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado	
	2025	2024
Fundo de liquidez - Conta reserva (i)		
Não circulante	30.923	27.552
	30.923	27.552

- (iii) As controladas possuem alguns contratos de financiamentos que preveem a obrigação de manutenção de contas reserva e/ou fundos de liquidez como garantia, os quais devem ser mantidos durante todo o prazo de vigência dos respectivos contratos.

9.1 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva:

	Consolidado		Controladora	
	Rating local		Rating local	
	2025	2024	2025	2024
AAA	926.231	1.882.946	601.577	994.850
AA+	10	71	10	61
	926.241	1.883.017	601.587	994.911

Os ratings foram extraídos de agências de rating (Standard & Poor's, Moody's e Fitch Ratings). Para apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura utilizado por elas.

10 Contas a receber

Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD").

Mensalmente, a área de Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia e suas controladas, normalmente, possuem prazo de recebimento de até 45 dias.

(a) Composição

	Consolidado	
	2025	2024
Partes relacionadas (Nota 20)	73.031	76.609
Leilões de energia	117.312	93.187
Energia de curto prazo – CCEE	39.833	6.838
	<u>230.176</u>	<u>176.634</u>

(b) Vencimentos de contas a receber

	Consolidado	
	2025	2024
A vencer	223.320	167.421
Vencidos até 3 meses	2.662	6.120
Vencidos de 3 a 6 meses	1.569	102
Vencidos acima de 6 meses	2.625	2.991
	<u>230.176</u>	<u>176.634</u>

A Administração analisou os saldos vencidos de contas a receber de clientes e concluiu que não há histórico de perda relevante, dessa forma, não há indícios para constituição de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes.

11 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

a) Composição

					Controladora			
Informações em 31 de dezembro de 2025					Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação total (%)	Percentual de participação votante (%)		2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	107.460	26.297	100,00	100,00	26.297	(2.583)	107.460	87.408
Jaiba V Holding S.A.	1.155.384	(40.561)	100,00	100,00	(40.560)	(8.085)	1.155.384	1.845.846
SF 648 Participações Societárias S.A.	1	-	100,00	100,00	-	-	1	-
					(14.263)	(10.668)	1.262.845	1.933.254

b) Movimentação

	Controladora	
	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.933.254	1.931.921
Equivalência patrimonial	(14.263)	(10.668)
Aumento de capital em controladas - via transferência bancária	-	12.001
Redução de capital em controladas - via transferência bancária (Nota 1.2.1 (d))	(644.410)	-
Deliberação de dividendos intermediários		
Jaiba V Holding S.A.	(5.490)	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	(6.246)	-
Saldo no final do exercício	1.262.845	1.933.254

c) Informações sobre as empresas investidas

Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em dezembro de 2025 e de 2024:

	2025									
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Lucro líquido (Prejuízo) do exercício
Controladas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	193.043	929	(86.512)	-	(107.460)	855.694	(827.658)	(13.210)	11.471	26.297
Jaiba V Holding S.A.	40.948	1.208.235	(755)	(93.044)	(1.155.384)	-	(77.413)	(17.008)	53.861	(40.561)
SF 648 Participações societárias S.A.	1	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-

	2024									
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Receita líquida	Custos e despesas operacionais	Imposto de renda e contribuição social	Resultado financeiro	Prejuízo do exercício
Controladas										
CESP Comercializadora de Energia S.A.	169.817	2.389	(84.798)	-	(87.408)	781.887	(795.628)	1.318	9.840	(2.583)
Jaiba V Holding S.A.	200.619	1.693.333	(908)	(47.198)	(1.845.846)	-	(25.948)	(8.263)	26.126	(8.085)

12 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (1º de janeiro de 2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida deste ágio foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Os bens e as instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

a) Composição e movimentação

	Consolidado								2025	2024
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento (iii)	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	310.991	2.280.476	4.603.170	8.750.614	254.814	8.499	7.258	17.492	16.233.314	16.035.575
Depreciação acumulada	(48.856)	(1.611.944)	(1.841.602)	(4.357.924)	(117.013)	(6.841)	(1.685)	-	(7.985.865)	(7.630.064)
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.215.058)
Saldo líquido no início do exercício	262.135	668.532	2.761.568	4.392.690	137.801	1.658	5.573	17.492	8.247.449	7.190.453
Adições	-	-	-	-	-	-	-	24.432	24.432	184.392
Remensuração desmobilização de ativos (ii)	-	-	-	-	(51.997)	-	-	-	(51.997)	16.262
Baixa	-	-	-	-	-	-	-	(2.322)	(2.322)	(3.593)
Depreciação	(7.803)	(42.092)	(151.587)	(166.544)	(23.495)	(340)	(489)	-	(392.350)	(355.801)
Reclassificação de investimentos prudentes (Nota 1.2.2 (b))	-	(189)	(5.493)	(5.563)	-	-	-	-	(11.245)	-
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.215.058
Transferências (i)	-	3.097	10.146	222	-	587	1.535	(14.770)	817	(55)
Reversão ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	733
Saldo no final do exercício	254.332	629.348	2.614.634	4.220.805	62.309	1.905	6.619	24.832	7.814.784	8.247.449
Custo	310.991	2.296.194	4.605.777	8.739.591	202.817	9.086	8.793	24.832	16.192.999	16.233.314
Depreciação acumulada	(56.659)	(1.666.846)	(1.991.143)	(4.518.786)	(140.508)	(7.181)	(2.174)	-	(8.378.215)	(7.985.865)
Saldo líquido no final do exercício	254.332	629.348	2.614.634	4.220.805	62.309	1.905	6.619	24.832	7.814.784	8.247.449
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	3,3%	5,0%	2,0%	3,0%	15,0%	6,3%			

(i) O montante final de 817 corresponde à transferência da classe “Obras em andamento”, do imobilizado, para o ativo intangível.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas relacionadas à provisão para desmobilização de ativos, que resultou na redução do provisionamento no passivo de R\$ 51.977, que foi reconhecido contra o ativo imobilizado, na classe de “Desmobilização de ativos” apresentado também na nota 17(a).

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 houve desembolso caixa no valor de R\$26.408, em que o montante de R\$ 1.874 se refere ao líquido entre: saldo que não resultaram em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2024; (ii) saldo que não resultou em saída de caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e (iii) adiantamentos ocorridos em 2024.

									Controladora	
									2025	2024
	Terras e terrenos	Edifícios, construções e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Reservatórios, barragens e adutoras	Desmobilização de ativos	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício										
Custo	303.202	2.263.393	2.634.626	8.750.614	215.584	8.499	6.286	13.605	14.195.809	14.167.250
Depreciação acumulada	(48.856)	(1.611.576)	(1.797.689)	(4.357.924)	(116.209)	(6.841)	(1.659)	-	(7.940.754)	(7.630.064)
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.215.058)
Saldo líquido no início do exercício	254.346	651.817	836.937	4.392.690	99.375	1.658	4.627	13.605	6.255.055	5.322.128
Adições	-	-	-	-	-	-	-	20.152	20.152	15.156
Remensuração desmobilização de ativos	-	-	-	-	(51.373)	-	-	-	(51.373)	16.262
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(2.319)	(2.319)	(3.593)
Depreciação	(7.803)	(41.531)	(75.023)	(166.544)	(22.228)	(263)	(428)	-	(313.820)	(310.690)
Reclassificação de investimentos prudentes (Nota 1.2.2 (b))	-	(189)	(5.493)	(5.563)	-	-	-	-	(11.245)	-
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.215.058
Transferências	-	3.095	9.131	221	-	-	1.536	(12.903)	1.080	-
Reversão ativos mantidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	733
Saldo no final do exercício	246.543	613.192	765.552	4.220.804	25.774	1.395	5.735	18.535	5.897.530	6.255.054
Custo	303.202	2.279.109	2.636.217	8.739.590	164.211	8.499	7.822	18.535	14.157.185	14.195.809
Depreciação acumulada	(56.659)	(1.665.917)	(1.870.665)	(4.518.786)	(138.437)	(7.104)	(2.087)	-	(8.259.655)	(7.940.754)
Saldo líquido no final do exercício	246.543	613.192	765.552	4.220.804	25.774	1.395	5.735	18.535	5.897.530	6.255.055
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	3,3%	5,0%	2,0%	3,0%	15,0%	6,3%			

b) Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ 750.142 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 785.841 em 31 de dezembro de 2024), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Custo atribuído	Impostos diferidos	Consolidado e controladora Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.743.947)	1.612.943	(3.131.004)
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	(1.190.669)	404.828	(785.841)
Realização no exercício (depreciação)	54.090	(18.391)	35.699
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	(1.136.579)	386.437	(750.142)

c) Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de *impairment*

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração avaliou eventos e mudanças no ambiente econômico e regulatório que pudessem indicar deterioração no valor recuperável dos ativos. Diante da identificação de alguns indícios de *impairment*, foram realizados testes formais de recuperabilidade dos ativos imobilizados e ativos intangíveis.

Os testes foram conduzidos com base na metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando premissas consistentes com o orçamento aprovado pela Administração, incluindo projeções de geração de caixa, CAPEX de manutenção, taxas de desconto (WACC) compatíveis com o risco das UGCs e taxas de crescimento de longo prazo.

Com base nos resultados obtidos, concluiu-se que os valores recuperáveis superam os valores contábeis registrados, não havendo necessidade de reconhecimento de provisão para perda por *impairment* no exercício.

A Administração continuará monitorando periodicamente seus ativos, de forma a identificar tempestivamente eventuais mudanças que possam afetar seu valor recuperável.

13 Intangível

Política contábil

Software e licença de uso

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Direito de outorga

O Decreto no 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	2025					
	Repactuação risco hidrológico	Softwares e licença de uso	Direitos de outorga	UBP	Intangível em andamento	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	781.974	33.095	1.398.703	180.037	2.976	2.396.785
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(112.880)	(30.512)	(239.083)	(30.909)	-	(413.384)
Saldo líquido no início do exercício	669.094	2.583	1.159.620	149.128	2.976	1.983.401
Adições	1.895	-	-	-	102	1.997
Amortizações	(21.442)	(1.460)	(38.060)	(4.916)	-	(65.878)
Baixas	-	-	-	-	(14)	(14)
Remensuração	-	-	-	-	-	-
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	740	-	-	(1.557)	(817)
Saldo no final do exercício	649.547	1.863	1.121.560	144.212	1.507	1.918.689
Custo	783.869	33.835	1.398.703	180.037	1.507	2.397.951
Amortização acumulada	(134.322)	(31.972)	(277.143)	(35.825)	-	(479.262)
Saldo líquido no final do exercício	649.547	1.863	1.121.560	144.212	1.507	1.918.689
Taxas médias anuais de amortização - %	2,9%	20,0%	3,0%	3,0%		

	Controladora					
	2025					
	Repactuação risco hidrológico	Softwares e licença de uso	Direitos de outorga	UBP	Intangível em andamento	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	781.974	32.598	1.398.703	180.037	2.958	2.396.270
Provisão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Amortização acumulada	(112.880)	(30.297)	(239.083)	(30.909)	-	(413.169)
Saldo líquido no início do exercício	669.094	2.301	1.159.620	149.128	2.958	1.983.101
Adições	1.895	-	-	-	-	1.895
Amortizações	(21.442)	(1.352)	(38.060)	(4.916)	-	(65.770)
Baixa	-	-	-	-	-	-
Remensuração	-	-	-	-	-	-
Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	638	-	-	(1.718)	(1.080)
Saldo no final do exercício	649.547	1.587	1.121.560	144.212	1.240	1.918.146
Custo	783.869	33.236	1.398.703	180.037	1.240	2.397.085
Amortização acumulada	(134.322)	(31.649)	(277.143)	(35.825)	-	(478.939)
Saldo líquido no final do exercício	649.547	1.587	1.121.560	144.212	1.240	1.918.146
Taxas médias anuais de amortização - %	2,9%	20,0%	3,0%	3,0%		

14 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os financiamentos e as debêntures estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

a) Composição

										Consolidado
										2025
		Circulante			Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30%	(5.014)	33.498	28.484	2.071.898	(18.386)	-	2.053.512	2.081.996	1.897.650
Debêntures - 13ª emissão	IPCA + 6,17%	(3.560)	14.971	11.411	1.182.111	(25.993)	-	1.156.118	1.167.529	1.084.528
Debêntures - 14ª emissão	CDI + 0,62%	(836)	120.603	119.767	2.100.000	(4.739)	-	2.095.261	2.215.028	2.211.815
BNB	IPCA + 5,76% (i)	(263)	4.052	18.594	787.183	(5.271)	80.601	862.513	881.107	857.832
		(9.673)	173.124	178.256	6.141.192	(54.389)	80.601	6.167.404	6.345.660	6.051.825

										Consolidado
										2024
		Circulante			Não circulante					
Modalidade	Encargos anuais médios	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Total	Valor justo
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30%	(5.014)	31.763	26.749	1.985.395	(23.400)	-	1.961.995	1.988.744	1.716.536
Debêntures - 13ª emissão	IPCA + 6,17%	(3.624)	14.072	10.448	1.132.757	(29.475)	-	1.103.282	1.113.730	990.891
BNB	IPCA + 5,76% (i)	(263)	2.595	13.934	801.992	(5.534)	67.005	863.463	877.397	1.069.894
		(8.901)	48.430	51.131	3.920.144	(58.409)	67.005	3.928.740	3.979.871	3.777.321

- (i) Nos contratos de financiamentos celebrados junto ao BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando as parcelas das dívidas forem liquidadas até as datas de seus respectivos vencimentos.

Controladora								
2025								
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante			Não circulante			
		Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Valor justo
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30%	(5.014)	33.498	28.484	2.071.898	(18.386)	2.053.512	1.897.650
Debêntures - 13ª emissão	IPCA + 6,17%	(3.560)	14.971	11.411	1.182.111	(25.993)	1.156.118	1.084.528
Debêntures - 14ª emissão	CDI + 0,62%	(836)	120.603	119.767	2.100.000	(4.739)	2.095.261	2.211.815
		(9.410)	169.072	159.662	5.354.009	(49.118)	5.304.891	5.193.993

Controladora								
2024								
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante			Não circulante			
		Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Total	Valor justo
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30%	(5.014)	31.763	26.749	1.985.395	(23.400)	1.961.995	1.716.536
Debêntures - 13ª emissão	IPCA + 6,17%	(3.624)	14.072	10.448	1.132.757	(29.475)	1.103.282	990.891
		(8.638)	45.835	37.197	3.118.152	(52.875)	3.065.277	2.707.427

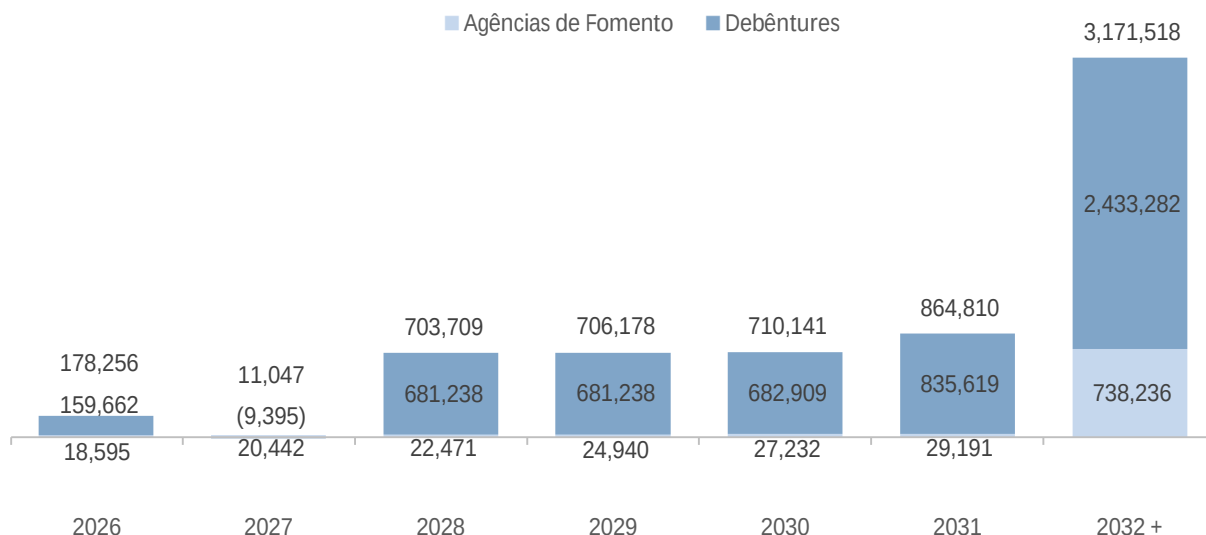
BNB – Banco do Nordeste

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

b) Perfil de vencimento – consolidado

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.



c) Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.979.871	2.396.856	3.102.474	2.037.734
Captações (Nota 1.2.2 (a))	2.100.000	1.566.501	2.100.000	1.100.000
Provisão de juros (Nota 6)	367.523	213.476	279.769	149.295
Atualização monetária (Nota 6)	135.856	126.938	135.856	126.938
Apropriação de custos de captações (Nota 6)	9.102	8.510	8.839	8.312
Adição dos custos de captação	(5.854)	(38.319)	(5.854)	(35.430)
Juros pagos	(229.232)	(142.969)	(156.531)	(134.367)
Liquidações	(11.606)	(151.122)	-	(150.008)
Saldo no final do exercício	6.345.660	3.979.871	5.464.553	3.102.474

d) Principais captações

	Modalidade	Data da contratação	Montante Contratado	Custo	Vencimento	Liberação	
						2025	A ser liberado (não auditado)
Complexo Sol de Jaíba	BNB 14º	Dezembro/2023	330.000	IPCA + 5,78% a.a.	Janeiro/2047	-	45.291
CESP	Debêntures	Agosto/2025	2.100.000	CDI + 0,62% a.a.	Agosto/2032	2.100.000	-

e) Garantias

Ativo ou Projeto	Modalidade	Garantia
Sol de Jaíba	BNB	Fiança bancária; Contas reservas. Contas reservas.

f) Condições restritivas

Alguns contratos de financiamentos e debêntures da Companhia possuem cláusulas restritivas financeiras e não financeiras.

As cláusulas restritivas financeiras podem incluir índice de alavancagem, medida pela relação Dívida Líquida sobre Ebitda Ajustado, e/ou Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as condições contratuais foram cumpridas.

15 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda	48.944	1.020	13.163	948
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 20)	6.474	18.198	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	59.430	70.128	8.061	11.354
Fornecedores de materiais e serviços - Partes relacionadas (Nota 20)	902	6.160	803	5.894
Encargos de uso da rede elétrica	24.898	23.849	24.898	23.849
	<u>140.648</u>	<u>119.355</u>	<u>46.925</u>	<u>42.045</u>

16 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Algumas controladas indiretas do complexo solar, optaram pelo recolhimento do imposto de renda e contribuição social com base no lucro presumido e auferem seu lucro tributável com base na alíquota de presunção de 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre as receitas de venda de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito, no âmbito do IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22).

(a) **Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL**

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	495.695	1.654.035	451.518	1.645.430
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(168.536)	(562.372)	(153.516)	(559.446)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	-	-	(4.849)	(3.627)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(12.456)	(5.773)	-	-
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(1.216)	(2.697)	-	-
Efeitos de empresas tributadas pelo lucro presumido	(20.514)	-	-	-
Incentivo fiscal	323	72	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	42.513	(5.365)	42.656	(4.457)
IRPJ e CSLL apurados	(159.886)	(576.135)	(115.709)	(567.530)
Correntes	(27.281)	(1.337)	-	584
Diferidos	(132.605)	(574.798)	(115.709)	(568.114)
IRPJ e CSLL no resultado	(159.886)	(576.135)	(115.709)	(567.530)
Taxa efetiva %	(32,25%)	(34,83%)	(25,63%)	(34,49%)

(b) **Composição dos saldos de impostos diferidos**

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2025 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa tem estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2039.

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Efeito em resultado				
Prejuízos fiscais e base negativa	830.241	779.016	830.241	777.670
Provisão ativo regulatório	167.618	275.685	167.618	275.685
Provisão para litígios	219.630	279.883	219.630	279.883
Arrendamentos	25	6	25	6
Obrigações socioambientais	31.780	30.202	31.780	30.202
Outras provisões	172.007	164.141	171.931	163.957
	1.421.301	1.528.933	1.421.225	1.527.403
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego (i)	216.529	173.570	216.529	173.570
Custo atribuído de imobilizado	389.662	408.053	389.662	408.053
	606.191	581.623	606.191	581.623
Total de ativos diferidos	2.027.492	2.110.556	2.027.416	2.109.026
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Efeito em resultado				
Repactuação de risco hidrológico	(220.846)	(227.492)	(220.844)	(227.492)
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(14.878)	(13.445)	(14.859)	(13.445)
Ajuste a valor presente sobre alienação de investidas	(22.759)	(8.002)	-	-
Ajuste a valor presente de condicionantes ambientais	(6.680)	(9.643)	(6.016)	(9.643)
Total de passivos diferidos	(265.163)	(258.582)	(241.719)	(250.580)
Diferido Líquido	1.762.329	1.851.974	1.785.697	1.858.446
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	1.785.753	1.859.976	1.785.697	1.858.446
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(23.424)	(8.002)	-	-
	1.762.329	1.851.974	1.785.697	1.858.446

- (i) Saldos de impostos diferidos, que de acordo com avaliação da Administração, se realizarão durante o curso normal do negócio e dentro do período de vigência das concessões detidas pela Companhia, quando aplicável.

(c) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	1.851.974	2.698.782	1.858.446	2.698.570
Efeitos de IRPJ e CSLL diferidos no resultado	(132.605)	(574.798)	(115.709)	(568.114)
Entidade de previdência à empregados	42.960	(272.010)	42.960	(272.010)
Saldo no final do exercício	1.762.329	1.851.974	1.785.697	1.858.446

(d) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado					
	2026	2027	2028	2029	A partir de 2030 até 2039	Total
Realização de diferido com efeito em resultado						
Prejuízo fiscal e base negativa	(212.147)	77.291	7.051	26.250	931.796	830.241
	(212.147)	77.291	7.051	26.250	931.796	830.241

17 Obrigações socioambientais e de desmobilização de ativos

Política contábil

Obrigações de desmobilização de ativos

Em consonância com o CPC 27 – Ativo imobilizado, a mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/ recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentis. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente de custos associados com o encerramento das atividades dos parques eólicos. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões e são revisadas anualmente pelas controladas.

Licença ambiental

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018 são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (9 anos).

Termo de Ajuste de Conduta

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta ("TAC") firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

(a) Composição e Movimentação

	Consolidado					
	2025					2024
	Desmobilização de ativos	Licença ambiental	Termo de Ajuste de Conduta	Obrigações socioambientais	(-) Ajuste a valor presente	Total
Saldo no início do exercício	768.563	188.205	34.789	3.526	(755.245)	239.838
Adições com efeito em ativo	-	-	-	-	-	-
Remensurações	-	-	(3.837)	-	-	(3.837)
Remensurações com efeito em ativo imobilizado (i)	(530.343)	(50.914)	-	-	529.260	(51.997)
Adições	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	(253)	-	(253)
Pagamentos	-	(18.046)	(4.027)	-	-	(22.073)
Realização do ajuste a valor presente (Nota 6)	-	-	-	-	15.194	15.194
Saldo no final do exercício	238.220	119.245	26.925	3.273	(210.791)	176.872
Circulante	-	27.318	8.569	3.273	-	39.160
Não circulante	238.220	91.927	18.356	-	(210.791)	137.712
	238.220	119.245	26.925	3.273	(210.791)	176.872

- (i) Em 31 de dezembro de 2025, foi realizada a revisão das premissas utilizadas para a provisão de desmobilização dos ativos dos parques solares. A partir dessa atualização, os custos estimados deixaram de ter os fluxos inflacionados e passaram a ser reajustados mensalmente pelo IPCA. Essa mudança torna as projeções econômicas mais aderentes à realidade e reduz as incertezas associadas a estimativas de longo prazo. O saldo do passivo passou a ser mensurado a valor presente utilizando a taxa da NTN-B, sem projeção futura de IPCA e sem inclusão de prêmio de risco. Como consequência dessa revisão, houve uma redução no Ajuste a Valor Presente (AVP) anteriormente registrado, com impacto correspondente no ativo imobilizado.

18 Provisão para litígios

Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos internos e externos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Composição e movimentação

	Consolidado					
	2025					2024
	Cíveis	Trabalhistas	Ambientais	Tributárias	Total	Total
Saldo no início do exercício	705.226	66.063	40.705	11.311	823.305	983.115
Atualização monetária (Nota 6)	25.903	6.510	7.063	920	40.396	66.529
Provisão / (reversão) (Nota 5)	(105.315)	(17.941)	57.349	927	(64.980)	(160.520)
(-) Pagamentos	(39.432)	(3.701)	(100)	(4.402)	(47.634)	(65.819)
Saldo no final do exercício	586.382	50.931	105.017	8.756	751.087	823.305
Circulante	19.430	29.842	57.521	1.049	107.843	69.681
Não circulante	566.952	21.089	47.496	7.707	643.244	753.624
	586.382	50.931	105.017	8.756	751.087	823.305

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos avaliados com probabilidade de perda possível é demonstrada abaixo:

	Consolidado	
	2025	2024
Cíveis	931.981	766.311
Tributárias	513.740	484.115
Ambientais	279.575	288.620
Trabalhistas	23.811	20.007
	1.749.107	1.559.053

A Companhia classifica os pedidos das ações individualmente, o que quer dizer que o mesmo processo poderá receber classificação de provisão para determinado pedido do litígio e classificação de perda possível para outro pedido do mesmo processo.

Neste cenário, considerando os pedidos cujo risco foi classificado como perda possível, destacam-se aqueles relativos aos processos de natureza tributária e cível, que, em conjunto, representam 83% (oitenta e nove por cento) do risco.

Cíveis: existem 318 ações indenizatórias, de obrigação de pagar e/ou fazer, além daquelas classificadas com natureza imobiliária e regulatória, o risco possível total é de R\$ 931.981. Neste universo de casos, aqueles de natureza regulatória representam 38% do risco, concentrando, em 26 processos, o montante de R\$354.579.

Tributárias: dos 115 processos administrativos e judiciais cuja natureza é tributária, a soma dos pedidos classificados com risco possível é de R\$513.740. Neste universo de casos, 62% do risco possível está concentrado em discussões administrativas e judiciais que envolvem adoção do regime cumulativo para a apuração das contribuições de PIS/COFINS em contrato bilateral celebrado com previsão de reajuste por índice de correção monetária.

Independentemente do prognóstico, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso, e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

A Administração da Companhia e de suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

19 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio Líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC (Não auditado)
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	O método Agregado Ortodoxo foi utilizado para a avaliação de todos os benefícios dos subplanos BSPS e BD. Com relação ao subplano CV, o método atuarial adotado para a avaliação de todos os benefícios foi o de Capitalização Individual.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2025	A taxa real de juros foi definida com base em um estudo técnico e está em conformidade com o intervalo estabelecido pela Portaria Previc nº 343/2025 (i)

(i) Em 2025, decorrente da implementação da estratégia de imunização, verificou-se a elevação da taxa de juros atuarial apresentada em estudo técnico. Dessa forma, foi necessário a aprovação da taxa nos órgãos de Governança competentes.

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2025:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC (Não auditado)
Taxa de desconto anual	7,39% a.a.	6,28% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3,50% a.a	3,50% a.a
Crescimento Real dos Salários	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,50% a.a	N/A
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT 49 - Masculina agravada em 10%	AT 49 - Masculina agravada em 10%
Entrada em Invalidez	UP-84 Modificada suavizada em 60%, masculina	UP-84 Modificada suavizada em 60%, masculina
Rotatividade	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos
Composição Familiar	75% casados, mulher 5 anos mais jovem que o homem	75% casados, mulher 5 anos mais jovem que o homem

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2025 da Companhia, calculado com base no CPC 33 é de R\$ 918.526, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 952.090.

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2025, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

Premissas atuariais

	2025			2024		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	11,15%	11,15%	11,15%	11,42%	11,42%	11,42%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	11,15%	11,15%	11,15%	11,42%	11,42%	11,42%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	7,39%	7,39%	7,39%	7,65%	7,65%	7,65%
Taxa de crescimento salarial	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Taxa de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%	3,50%
Taxa de rotatividade	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Tábua de mortalidade	AT 2000 Basic, segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
Tábua de entrada em invalidez	UP-84 Modificada masculina, suavizada em 50%			Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%		
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 49 - Masculina agravada em 10%			AT - 49 - Masculina agravada em 10%		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	13	47	23	17	56	56
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	3.333	1.606	911	3.420	1.625	917
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	90	42	14	94	42	14
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.081	218	75	1.072	210	69

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Planos BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os auto-patrocinados estão incluídos entre os participantes.

Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;
3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	Consolidado e controladora			
	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	4.737.890	756.575	105.559	5.600.024
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	4.448.434	695.446	94.691	5.238.571

Fluxos de caixa projetados	Consolidado e controladora			
	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	146.721	846	2.000	149.567
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2026	539.975	68.516	8.839	617.330
2027	546.007	76.334	13.989	636.330
2028	550.653	78.349	14.337	643.339
2029	553.973	80.783	14.658	649.414
2030	555.611	82.885	14.935	653.431
2031 a 2035	2.734.930	442.726	78.991	3.256.647

Valor justo dos ativos do plano de benefícios	Consolidado e controladora					
	BSPS		BD		CV	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Recebível	919.641	1.135.361	1.680	9.510	-	16.467
Investimento	3.773.096	3.861.181	856.782	828.036	13.146	118.100
	4.692.737	4.996.542	858.462	837.546	13.146	134.567
Passivos						
Obrigações	(136.878)	(133.103)	(7.350)	(5.550)	(401)	(1.510)
Fundos não previdenciais	(1.414)	(1.180)	-	-	(224)	-
Saldo de conta CD	-	-	(5.017)	(3.844)	(12.521)	(1.593)
Valor justo	(138.292)	(134.283)	(12.367)	(9.394)	(13.146)	(3.103)

(a) Conciliação de ativos e passivos

	Consolidado e controladora				
				2025	2024
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Valor da obrigação atuarial líquida	4.588.831	724.910	99.930	5.413.671	5.390.831
Valor justo dos ativos dos planos	(3.660.251)	(848.552)	(109.985)	(4.618.788)	(4.657.810)
Excedente irre recuperável (efeito do teto de ativos)	-	123.642	-	123.642	108.269
Total do passivo líquido	928.580	-	(10.055)	918.525	841.290

- (i) Refere-se ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano.

(b) Demonstração do passivo atuarial

	Consolidado e controladora			
				2025
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	4.578.733	713.083	99.015	5.390.831
Custo do serviço corrente (Nota 19 (d))	-	(195)	40	(155)
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 19 (d))	492.350	77.516	10.770	580.636
Contribuições dos participantes do plano	-	293	-	293
Benefícios pagos pelo plano	(570.282)	(73.550)	(9.942)	(653.774)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 19 (e))	88.030	7.763	47	95.840
Obrigação total no exercício	4.588.831	724.910	99.930	5.413.671
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(3.732.315)	(821.352)	(104.143)	(4.657.810)
Juros sobre ativos do plano (Nota 19 (d))	(403.283)	(89.934)	(11.456)	(504.673)
Contribuições do patrocinador	(133.302)	(2.219)	(1.767)	(137.288)
Contribuições dos participantes do plano	-	(293)	-	(293)
Benefícios pagos pelo plano	570.280	73.551	9.941	653.772
Rendimento dos ativos do plano (Nota 19 (e))	38.369	(8.304)	(2.560)	27.505
Valor justo dos ativos dos planos	(3.660.251)	(848.551)	(109.985)	(4.618.787)
Juros sobre o superavit irre recuperável	-	12.364	-	12.364
Mudança no superavit irre recuperável durante o período	-	3.008	-	3.008
Total do passivo líquido	928.580	- 108.269,00	(10.055)	810.256

	Consolidado e controladora			
				2024
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	5.375.080	839.681	124.869	6.339.630
Custo do serviço corrente (Nota 19(d))	-	(377)	51	(326)
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 19(d))	461.880	72.920	10.869,00	545.669
Contribuições de participantes	142	397	-	539
Benefícios pagos pelo plano	(560.573)	(70.215)	(9.680)	(640.468)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 19(e))	(697.796)	(129.323)	(27.094)	(854.213)
Obrigação total no exercício	4.578.733	713.083	99.015	5.390.831
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(3.801.121)	(804.452)	(100.972)	(4.706.545)
Juros sobre ativos do plano (Nota 19(d))	(326.065)	(69.804)	(8.791)	(404.660)
Contribuições do patrocinador	(130.749)	(3.152)	(1.849)	(135.750)
Contribuições de participantes do plano	(142)	(397)	-	(539)
Benefícios pagos pelo plano	560.573	70.214	9.681,00	640.468
Rendimento dos ativos do plano (Nota 19(e))	(34.811)	(13.761)	(2.212)	(50.784)
Valor justo dos ativos dos planos	(3.732.315)	(821.352)	(104.143)	(4.657.810)
Mudança no superavit irre recuperável durante o período	-	108.269	-	108.269,00
Total do passivo líquido	846.418	-	(5.128)	841.290

(c) Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	841.290	1.633.085
Custo do serviço corrente	(157)	(326)
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 6)	88.327	141.009
Contribuições pagas	(137.288)	(132.448)
Atualização de mensuração atuarial	126.353	(800.030)
Saldo final do exercício	918.525	841.290

(d) Componentes do resultado do exercício

	Consolidado e controladora				
	2025				2024
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	(197)	40	(157)	(326)
Custo de juros sobre a obrigação	492.350	77.516	10.770	580.636	545.669
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(403.283)	(89.934)	(11.456)	(504.673)	(404.660)
Custo dos Juros sobre o Superávit Irrecuperável	-	12.364	-	12.364	-
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	89.067	(251)	(646)	88.170	140.683

(e) Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

	Consolidado e controladora				
	BSPS	BD	CV	2025	2024
Ganho atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	11.314	(8.150)	(2.320)	844	161.716
Ganho atuarial de alterações de premissas	76.716	15.913	2.367	94.996	(1.015.929)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros, líquido reconhecido	38.369	(8.304)	(2.560)	27.505	(50.784)
Mudança no superávit irrecuperável	-	3.008	-	3.008	108.269
Atualização de contribuições pagas	-	-	-	-	(3.302)
Movimento em ORA durante o exercício	126.399	2.467	(2.513)	126.353	(800.030)
Efeitos de tributos diferidos	(42.976)	(839)	854	(42.961)	272.010
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	83.423	1.628	(1.659)	83.392	(528.020)

(f) Despesa / (receita) estimada para 2026 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício 2026, com base na avaliação de atuário independente em 31 de dezembro de 2025:

	Consolidado e controladora			
	2026			
	BSPS	BD	CV	Total
Custo atual do serviço	-	(222)	9	(213)
Custo de juros sobre a obrigação	481.551	90.794	10.649	582.994
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(386.194)	(90.853)	(11.882)	(488.929)
Despesa estimada para o exercício	95.357	(281)	(1.224)	93.852

20 Partes relacionadas

Política contábil

Com o objetivo de aprimorar e fortalecer a governança corporativa do grupo, a Companhia possui uma política de partes relacionadas, que visa estabelecer e consolidar as diretrizes a serem observadas nas transações com partes relacionadas, resumidas a seguir: (i) evitar situações com potencial conflito de interesses; (ii) assegurar transparência aos acionistas, investidores e ao mercado em geral; e (iii) formalizar o compromisso das empresas em divulgar tais transações em seus relatórios financeiros.

	Consolidado									
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços (Nota 4)		Compras, serviços e outros (Nota 5.1)		Resultado financeiro	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	70.237	69.094	-	-	1.002.850	926.767	-	-	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	813	-	-	-	813	-	-	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	692	-	-	-	692	-	-	-	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	2.794	6.010	-	-	22.620	13.518	-	-	-	-
	73.031	76.609	-	-	1.025.470	941.790	-	-	-	-
Alienação de participação de investidas										
Companhia Brasileira de Alumínio	-	-	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Citrosuco S.A. Agroindústria	-	27.289	36.641	34.049	-	-	-	-	(1.345)	15.375
	-	27.289	36.641	34.049	-	-	-	-	(1.354)	15.375
Fornecedores - compras de energia (Nota 15)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	2.612	7.558	-	-	(140.676)	(112.887)	-	-
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	-	-	31	29	-	-	(278)	(267)	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	-	177	169	-	-	(1.595)	(1.527)	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	49	47	-	-	(439)	(420)	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	-	286	273	-	-	(2.583)	(2.474)	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	234	223	-	-	(2.106)	(2.017)	-	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	278	-	-	252	(252)	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	145	2.745	-	-	(1.578)	(24.914)	-	-
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	456	-	-	414	(414)	-	-
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	308	-	-	280	(280)	-	-
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	-	292	-	-	265	(265)	-	-
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	-	-	-	404	-	-	367	(367)	-	-
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	-	295	-	-	268	(268)	-	-
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	739	832	-	-	(7.948)	(7.802)	-	-
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	-	216	-	-	196	(196)	-	-
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	217	2.163	-	-	(2.367)	(19.627)	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	-	-	1.984	1.910	-	-	(18.847)	(18.899)	-	-
	-	-	6.474	18.198	-	-	(176.375)	(192.876)	-	-
Fornecedores - serviços (Nota 15)										
Way2 Serviços de Tecnologia S.A.	-	-	87	-	-	-	(1.011)	(1.305)	-	-
Votorantim S.A.	-	-	815	6.160	-	-	(10.609)	(10.476)	-	-
	-	-	902	6.160	-	-	(11.620)	(11.781)	-	-
Dividendos a pagar										
Auren Energia S.A.	-	-	79.755	256.002	-	-	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	268	272	-	-	-	-	-	-
	-	-	80.023	256.274	-	-	-	-	-	-
Outros										
Repasso de custos (i)										
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	38.345	78.842	4.553	7.155	-	-	(4.163)	(1.838)	-	-
Auren Energia S.A.	3.596	10.775	58.749	69.689	-	-	(57.769)	(48.042)	-	-
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	628	515	-	-	-	-	146	169	-	-
Auren Participações	1.634	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	187	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	150	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	19	-	2	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Ventos do Piauí I	542	1.637	(21)	-	-	-	1.348	1.637	-	-
Complexo Eólico Ventos do Araripe III	3.816	2.409	(28)	-	-	-	1.988	2.420	-	-
Complexo Eólico Ventos do Piauí III	2.434	1.550	(17)	-	-	-	1.273	1.550	-	-
Complexo Eólico Ventos do Piauí II	2.557	1.629	(17)	-	-	-	1.338	1.629	-	-
	53.908	97.357	63.227	76.844	-	-	(55.839)	(42.475)	-	-
	126.939	201.255	187.267	391.525	1.025.470	941.790	(243.834)	(247.132)	(1.354)	15.375

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Vendas (Nota 4)		Compras e serviços (Nota 5.1)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviço								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.778	2.436	-	-	79.844	48.977	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	51.084	50.757	-	-	652.149	623.563	-	-
	53.862	53.193	-	-	731.993	672.540	-	-
Dividendos a receber								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	6.246	-	-	-	-	-	-	-
	6.246	-	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - compras de energia (Nota 15)								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	(9)	-
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	-	-	-	-	(17.055)	(9.713)
	-	-	-	-	-	-	(17.064)	(9.713)
Fornecedores de serviços (Nota 15)								
Votorantim S.A.	-	-	716	5.894	-	-	(9.178)	(8.842)
WAY2 Serviços de Tecnologia Ltda.	-	-	87	-	-	-	-	-
	-	-	803	5.894	-	-	(9.178)	(8.842)
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	79.754	256.002	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	268	272	-	-	-	-
	-	-	80.022	256.274	-	-	-	-
Outros								
Repasso de custos (i)								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	1.427	5.130	3.808	6.105	-	-	(3.075)	(975)
Auren Energia S.A.	3.085	10.264	43.499	52.131	-	-	(49.898)	(41.577)
Sol do Piauí Geração de Energia Ltda.	583	470	(2)	-	-	-	146	169
Auren Participações	293	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 09 Energias Renováveis S.A.	187	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 11 Energias Renováveis S.A.	150	-	-	-	-	-	-	-
Ventos de Santa Tereza 06 Energias Renováveis S.A.	19	-	-	-	-	-	-	-
Complexo Eólico Ventos do Piauí I	543	1.637	(21)	-	-	-	1.348	1.637
Complexo Eólico Ventos do Araripe III	3.827	2.420	(28)	-	-	-	1.988	2.420
Complexo Eólico Ventos do Piauí III	2.434	1.550	(17)	-	-	-	1.273	1.550
Complexo Eólico Ventos do Piauí II	2.557	1.629	(17)	-	-	-	1.338	1.629
Complexo Solar Sol de Jaíba	1.892	3.286	(23)	-	-	-	1.789	2.062
	16.997	26.386	47.199	58.236	-	-	(45.091)	(33.085)
	77.105	79.579	128.024	320.404	731.993	672.540	(71.333)	(51.640)

- (i) Refere-se principalmente a rateios de despesas compartilhadas de mão de obra e de serviços de tecnologia. O efeito em resultado trata-se de recuperação de despesas na CESP e na Auren.

20.1 Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	2025	2024
Remuneração fixa e variável (i)	422	493
Encargos sociais	72	99
	<u>494</u>	<u>592</u>

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus, incentivos de longo prazo e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Conforme política de transações com partes relacionadas, a Companhia considera pessoal-chave da Administração os membros: (i) da Diretoria Estatutária, (ii) diretoria não estatutária e (iii) do Conselho de Administração.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.871.508, dividido em 327.615.728 ações ordinárias (R\$ 6.471.508 em 31 de dezembro de 2024, dividido em 348.711.494 ações ordinárias), composto conforme o quadro a seguir:

	Quantidade de ações - Em unidades					
	Informações em 31 de dezembro de 2025			Informações em 31 de dezembro de 2024		
	Capital social integralizado	Ordinárias	%	Capital social integralizado	Ordinárias	%
Acionista Controlador						
Auren Energia S.A.	3.868.176	327.389.618	99,97%	6.468.176	348.598.439	99,97%
Outros						
Ações em tesouraria	3.332	113.055	0,03%	3.332	113.055	0,03%
	<u>3.871.508</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100%</u>	<u>6.471.508</u>	<u>348.711.494</u>	<u>100%</u>

21.2 Reservas de capital

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Refere-se ao montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios, utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

21.3 Reservas de lucros

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Reserva legal (i)	473.245	456.455
Retenção de lucros (ii)	203.565	732.299
	<u>676.810</u>	<u>1.188.754</u>

- (i) A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo ou aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.
- (ii) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros, conforme projeções de fluxo de caixa e orçamentos de capital da Companhia aprovados em Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*) e outros resultados abrangentes

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Custo atribuído ao imobilizado - líquido de impostos diferidos (a)	(750.142)	(785.841)
Benefício pós emprego (b)	(944.498)	(861.106)
	<u>(1.694.640)</u>	<u>(1.646.947)</u>

(a) Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 12 (b)), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajustes de avaliação patrimonial". A depreciação é contabilizada na rubrica de "Lucros acumulados" e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

(b) Benefício pós emprego

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

	Consolidado e controladora	
	2025	2024
Saldo inicial do exercício	(861.106)	(1.389.126)
Ajuste CPC 33 (R1) no exercício	(126.353)	800.030
(-) IRPJ e CSLL diferidos	42.961	(272.010)
	<u>(83.392)</u>	<u>528.020</u>
Saldo final do exercício	<u>(944.498)</u>	<u>(861.106)</u>

21.5 Ações em tesouraria

Em 30 de outubro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de classe A de sua emissão. A Companhia poderia, a seu exclusivo critério, adquirir (i) até 218.000 (duzentas e dezoito mil) ações preferenciais classe A nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 2,95% do total dessa classe de ação e 0,07% do capital social total da Companhia; e (ii) até 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 0,04% do total dessa classe de ação e 0,01% do capital social total da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía em tesouraria 113.055 ações ordinárias de sua emissão, após a conversão das ações preferenciais A e B em ações ordinárias.

21.6 Distribuição de lucros

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social.

Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício não haverá distribuição de dividendos.

A Companhia e as controladas realizam a destinação do resultado com 25% de dividendos mínimos obrigatórios sobre o lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal.

	Controladora
	2025
Lucro líquido do exercício	335.809
(-) Reserva legal - 5%	(16.790)
Lucro ajustado do exercício (Saldo para distribuição de dividendos)	319.019
(-) Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	79.755
(=) Saldo de lucros acumulados	239.264
Realização de custo atribuído (depreciação)	(35.699)
(-) Retenção de lucros	(203.565)
(=) Saldo	-

22 Instrumento financeiro e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

			Consolidado		Controladora	
	Nota	Nível	2025	2024	2025	2024
Ativos						
Ao custo amortizado						
Caixa e bancos	7		1.973	1.667	365	115
Contas a receber de clientes	10		230.176	176.634	166.349	147.364
Partes relacionadas	20		53.908	87.790	16.997	26.386
Ativo sujeito à indenização			2.790	21.799	2.790	21.799
Ativos indenizáveis pela União			498.815	-	498.816	-
Dividendos a receber	20		-	-	6.246	-
			787.662	287.890	691.563	195.664
Ao valor justo por meio do resultado (i)						
Equivalentes de caixa	7	2	805.209	1.853.798	562.599	994.796
Aplicações financeiras	8	2	88.136	-	38.623	-
Fundo de liquidez - conta reserva	9	2	30.923	27.552	-	-
			924.268	1.881.350	601.222	994.796
			1.711.930	2.169.240	1.292.785	1.190.460

			Consolidado		Controladora	
	Nota	Nível	2025	2024	2025	2024
Passivos						
Ao custo amortizado						
Financiamentos e debêntures (ii)	14		6.345.660	3.979.871	5.464.553	3.102.474
Fornecedores	15		140.648	119.355	46.925	42.045
Arrendamentos			39.029	40.035	135	634
Partes relacionadas	20		99.862	110.893	47.207	58.236
Dividendos a pagar	20		80.023	256.274	80.023	256.274
			6.705.222	4.506.428	5.638.843	3.459.663
			6.705.222	4.506.428	5.638.843	3.459.663

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 14 (a).

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 – Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços); e

Nível 3 – Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de liquidez, (b) risco de crédito (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco de não renovação das concessões, (e) risco regulatório, (f) risco socioambiental e (g) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gerenciamento de Riscos de sua controladora Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

As tabelas a seguir analisam os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos
	Total				
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos e debêntures (i)	551.048	579.918	3.709.157	4.557.842	990.128
Fornecedores	140.648	-	-	-	-
Arrendamentos (i)	5.062	9.365	13.331	21.833	80.487
Encargos setoriais	23.467	-	-	-	-
	720.225	589.283	3.722.488	4.579.675	1.070.615
Consolidado					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos
	Total				
Em 31 de dezembro de 2024					
Financiamentos e debêntures (i)	225.066	243.577	2.066.774	2.611.246	1.085.358
Fornecedores	119.355	-	-	-	-
Arrendamentos (i)	5.722	9.718	14.232	21.821	84.033
Encargos setoriais	18.881	-	-	-	-
UBP - Uso do Bem Público (i)	11.714	-	-	-	-
	380.738	253.295	2.081.006	2.633.067	1.169.391
Controladora					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos
	Total				
Em 31 de dezembro de 2025					
Financiamentos e debêntures (i)	462.533	434.776	3.391.197	4.021.586	-
Fornecedores	46.925	-	-	-	-
Arrendamentos (i)	134	-	-	-	-
Encargos setoriais	23.467	-	-	-	-
	533.059	434.776	3.391.197	4.021.586	-

						Controladora
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2024						
Financiamentos e debêntures (i)	147.343	154.861	1.799.387	2.143.304	-	4.244.894
Fornecedores	42.045	-	-	-	-	42.045
Arrendamentos (i)	794	140	-	-	-	934
Encargos setoriais	18.881	-	-	-	-	18.881
UBP - Uso do Bem Público (i)	11.714	-	-	-	-	11.714
	<u>220.777</u>	<u>155.001</u>	<u>1.799.387</u>	<u>2.143.304</u>	<u>-</u>	<u>4.318.468</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

(b) Risco de crédito

Equivalentes de caixa, conta reserva e aplicações financeiras

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 9.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

(c) Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

(d) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2056.

(e) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

(f) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

(g) Risco em renováveis não-hídricas

(i) Risco de não performance dos parques solares

As controladas da Companhia possuem em seus contratos de autorização de geração de energia solar, cláusulas específicas de performance, as quais delimitam uma geração mínima ao decorrer do ano e do quadriênio, vinculado a garantia física. Os parques solares estão expostos a fatores climáticos, tais fatores podem trazer o risco de não atendimento ao que está determinado no contrato e há possibilidade de comprometer as receitas futuras das controladas da Companhia.

(h) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercialização de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI e IPCA, na data-base obtidas no IBGE e planejamento estratégico do grupo Votorantim. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025, estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

				Consolidado				
				Impactos no resultado				
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Cenário I	Cenários II & III			
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 14,90%	Equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez - conta reserva	924.268	-72,92 bps	(6.739)	(34.430)	(68.858)	34.430	68.858
BRL - CDI 14,90%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.220.603	-72,92 bps	16.193	82.717	165.435	(82.717)	(165.435)
BRL - IPCA 4,26%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	4.189.119	6 bps	(2.573)	44.614	89.228	(44.614)	(89.228)

				Controladora				
				Impactos no resultado				
	Natureza da operação	Saldo	Choque nas curvas de 31/12/2025	Cenário I	Cenários II & III			
				Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros								
BRL - CDI 14,90%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	601.222	-72,92 bps	(4.384)	(22.396)	(44.791)	22.396	44.791
BRL - CDI 14,90%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.220.603	-72,92 bps	16.193	82.717	165.435	(82.717)	(165.435)
BRL - IPCA 4,26%	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	3.302.478	6 bps	(2.029)	35.171	70.343	(35.171)	(70.343)

* bps - basis points

(i) Empréstimos, financiamentos e debêntures não contemplam os custos de captação.

23 Seguros

A Companhia e suas controladas mantém em vigor, principalmente, apólices de seguro operacional (Patrimonial) e de Responsabilidade Civil Geral (RCG), conforme indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas e condições, consideradas, pela Administração, adequadas aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento	Limite máximo de indenização (LMI) - BRL Mil
Patrimonial	Danos Materiais e Lucros Cessantes	até outubro/2027	1.600.000
RCG	Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros, RC	até fevereiro/2026	180.000
	Empregador, entre outras	até fevereiro/2026	100.000

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 11.997 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 7.035 em 31 de dezembro de 2024).

24 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	Consolidado						Total
	2026	2027	2028	2029	2030	A partir de 2031	
Encargos de uso de rede e Conexão	333.411	344.984	359.629	374.014	388.975	7.964.011	9.765.024
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	60.700	63.933	66.490	69.149	71.915	1.482.891	1.815.078
Aluguéis e arrendamentos	2.830	1.759	1.759	1.759	-	-	8.107
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	9.242	9.699	10.184	10.693	11.228	228.907	279.954
Repactuação de risco hidrológico	34.982	36.690	38.262	39.684	41.271	-	190.889
Projetos de Modernização	9.954	7.377	70.432	45.757	-	-	133.519
Serviços Segurança Patrimonial, Portaria e Controle de Acesso e Facilities	5.224	5.224	5.224	-	-	-	15.672
	<u>456.343</u>	<u>469.666</u>	<u>551.980</u>	<u>541.056</u>	<u>513.389</u>	<u>9.675.809</u>	<u>12.208.243</u>

25 Informações por segmento

A partir da reorganização societária realizada por sua controladora Auren em 2022, a sua gestão (incluindo os aspectos relacionados à geração e comercialização de energia elétrica) passou a ser realizada de forma centralizada pela Auren, numa perspectiva de otimização de portfólio e sinergia de fontes, com a geração de energia elétrica a partir de outras fontes complementares, bem como a sua comercialização junto aos clientes finais e tomadas de posição. Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou os critérios do CPC 22 - Informações por segmento e concluiu que não é adequada a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais nas suas demonstrações financeiras, uma vez que a tomada de decisão se dá no nível consolidado da Auren.